

**Excelentíssimo Senhor Relator Conselheiro Durval Ângelo da 1ª Câmara do Egrégio Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais****Processo nº 1082450****Prestação de Contas do Executivo Municipal – Exercício 2018****Ref. Ofício n. 11459/2020 SEC/1. Câmara**

O **MUNICÍPIO DE BELO HORIZONTE**, neste ato representado por seu Procurador-Geral (Lei Municipal nº 11.065/2017, art. 59, inc. II e V) vem, respeitosamente, à presença de Vossa Excelência apresentar suas MANIFESTAÇÕES, em atendimento ao despacho do i. Conselheiro-Relator, a determinar que se preste esclarecimentos acerca do Relatório da Macrogestão das Contas do Governo do Município de Belo Horizonte (peças 101 e 102 do SGAP), notadamente aqueles compilados ao final dos capítulos 3, 5, 6, 7 e 8.

1 Da tempestividade

1 O para a apresentação da defesa expira no dia 16 de novembro de 2020, conforme consta informado no sítio eletrônico desse Tribunal. Assim, a presente manifestação está sendo apresentada tempestivamente.

OFÍCIO(S):

Ano	No	Parte	Dt.Comun.	Dt.Vcto.	Ocorrência
2020	11459	ALEXANDRE KALIL	18/08/2020	16/11/2020	ABERTURA DE VISTA – CITAÇÃO

2 Da legitimidade da representação pela Procuradoria Geral

2 A legitimidade de representação por parte desta Procuradoria-Geral já foi tema de defesa na petição protocolizada em fevereiro/2020, a qual se ratifica em todos os seus termos.



3 DOS FATOS

3 Por meio do ofício n. 11459/2020 SEC/1. Câmara, o Município foi intimado para se manifestar acerca do do Relatório da Macrogestão das Contas do Governo do Município de Belo Horizonte (peças 101 e 102 do SGAP), notadamente aqueles compilados ao final dos capítulos 3, 5, 6, 7 e 8

4 Importa registrar que o Município de Belo Horizonte se manifestou nos autos da presente Prestação de Contas/2018 e, desde já, reitera todas as suas manifestações já protocolizadas nos autos em epígrafe.

5 A partir do exame das informações solicitadas, encaminhamos os esclarecimentos e documentação apurada pelos órgãos municipais responsáveis pelos dados, os quais demonstram a regularidade das contas prestadas pelo Executivo municipal – exercício 2018 -, conforme os tópicos que a seguir se expõe:

DO CAPÍTULO 3 – DO PLANEJAMENTO E ORÇAMENTO

Tópico 3.6 – Considerações Finais – P. 130

6 Nas suas considerações finais (P. 130) o órgão técnico do TCEMG apresenta os questionamentos e solicita a “comprovação dos meios e datas, para o exercício de 2018, das divulgações preconizadas no art. 108-A da LOMBH”, pelo que a Subsecretaria de Planejamento e Orçamento – SUPLOR – esclarece:

a) dos meios e datas, para o exercício de 2018, das divulgações preconizadas no art. 108-A da LOMBH, vide tópico 3.1.1;

Resposta: Além da publicação citada no documento: <https://prefeitura.pbh.gov.br/noticias/apresentacao-do-programa-de-metas-do-municipio-2017-2020> , foi publicado também no Portal da PBH a lista dos projetos estratégicos que compõem o Programa de Metas, com seus objetivos, escopo e



ações/subações; as informações são atualizadas anualmente no endereço <https://prefeitura.pbh.gov.br/projetosestrategicos>. Os dois conteúdos estão temporariamente suspensos em cumprimento à Lei Federal 9.507/1997 e aos artigos 9º e 12º da Portaria Conjunta PGM/CTGM nº 001 de 22 de janeiro de 2020, devido ao período eleitoral.

Com relação a divulgação da execução e alterações no Programa de Metas, a Prefeitura optou por não criar novos canais e utilizar os mesmos instrumentos já utilizados e consolidados pelo PPAG. A divulgação do relatório de execução do Programa de Metas foi feita através do Relatório de Execução Anual das Ações Governamentais:

<https://prefeitura.pbh.gov.br/transparencia/contas-publicas/revistas-de-prestacoes-de-contas/relatorioexecucao>

As alterações no Programa de Metas são divulgadas através do relatório de Revisão do PPAG:

<https://prefeitura.pbh.gov.br/transparencia/contas-publicas/plano-plurianual-ppag/ppag-2018-2021>

Quanto a divulgação semestral dos indicadores de desempenho relativos à execução do programa de metas, os mesmos são divulgados nas audiências públicas quadrimestrais de prestação de contas junto ao Legislativo municipal.

Tópico 3.6 – Considerações Finais – P. 130/131

7 Nas suas considerações finais (P. 130/131) o órgão técnico do TCEMG apresentou os questionamentos a seguir, pelo que a Subsecretaria de Gestão Previdenciária – SUPREV - apresenta os esclarecimentos que se expõe:

b) da incidência da totalidade da taxa de administração do RPPS sobre a base de cálculo do BHPrev, sendo este o único regime a arcar com despesas administrativas, vide tópico 3.5.3;

Resposta: a forma de cálculo e a origem dos recursos que financiam a Taxa de Administração da Unidade Gestora no Município de Belo Horizonte estão previstas no art. 130 e art. 112, respectivamente, da Lei nº 10.362/2011. As recomendações prestadas por esse Tribunal de Contas vão ao encontro do que determina a Portaria nº 19.451, de 18 de agosto de 2020, do Ministério da Economia, cujas alterações que estão sendo promovidas passarão a valer a partir de 2022, como previsto em seu artigo 4º.

c) do fluxo atuarial, sobre: i. a inclusão de encargos estruturados em repartição simples na coluna BG (código 227000) do fluxo, que deveria conter apenas benefícios em



capitalização, conforme tópico 3.5.4.6; ii. a diferença entre o valor presente dos salários futuros apurado no fluxo e o apresentado na DRAA, conforme tópico 3.5.4.6; iii. a ausência previsão de contribuição patronal a partir de 2061, conforme tópico 3.5.4.6; iv. a ausência de previsão de contribuições previdenciárias dos futuros aposentados e pensionistas que recebem acima do teto nas colunas AC e AH (códigos 12300 e 12400), conforme tópico 3.5.4.6; 130 v. a projeção de base de cálculo para exercícios como 2110 e 2111, visto que não haverá servidores da geração atual em atividade nesse período, conforme tópico 3.5.4.6;

Resposta i: De fato, conforme apontado pelo r. Tribunal, foram apresentados fluxos atuariais incluindo encargos dos benefícios estruturados em repartição simples. Em contrapartida, e para que não houvesse influência nos resultados atuariais, as receitas destinadas à cobertura desses benefícios temporários foram também consideradas nos fluxos atuariais (colunas T e AB / Códigos 121700 e 122700).

Isso se deu pelo fato de que, apesar de na oportunidade (31/12/2018) ser ainda facultativa, a Portaria 464/2018, assim determina:

“Art. 10. Os fluxos atuariais, parte integrante da avaliação atuarial, deverão contemplar as projeções de todas as receitas e despesas do RPPS e observar a estrutura e os elementos mínimos dos modelos aprovados por instrução normativa editada pela Secretaria de Previdência.” (original sem grifo)

Desta forma, visando a antecipação do atendimento à determinação do Art. 10 transcrito, passamos a demonstrar despesas e receitas de benefícios estruturados em regime de repartição simples.

Não obstante, verificamos ter havido um equívoco quando do envio do fluxo, visto que as receitas e despesas destes benefícios devem ser demonstradas apenas no primeiro exercício, exatamente pela natureza do regime financeiro.

Assim, apesar de não acarretar qualquer alteração de resultados, efetuamos os ajustes e encaminhamos em anexo a versão ajustada - DOC I.

Resposta ii: A diferença identificada se deu por adoção de diferentes métodos atuariais, conforme mais bem explicado a seguir. Apesar do fato de os benefícios estarem financiados pelo método do Crédito Unitário Projetado (CUP), o Valor Presente Atuarial dos Salários Futuros (VASF) informado no Demonstrativo de Resultados da Avaliação Atuarial (DRAA) - por não influenciar na apuração das provisões matemáticas deste método, nem tão pouco do plano de custeio - foi apurado considerando método agregado, multiplicando-se o salário por renda atuarial temporária, multidecremental, e com crescimento salarial.

Importante reiterar que para o referido método (CUP) não há influência qualquer do VASF, seja na apuração das provisões, do valor atual de contribuições futuras ou do plano de custeio.



Porém, visando a coerência dos resultados anuais apresentados em fluxo específico, conforme leiaute estabelecido pela Secretaria de Previdência, que exige tal abertura anual, apesar de não necessária ao método, a coluna referente à “Base de Cálculo da Contribuição Normal” (Coluna “E” / Código 109001) foi apurada mediante a aplicação reversa das alíquotas contributivas apuradas pelo método CUP e as contribuições anuais do Ente Federativo somada às contribuições dos segurados.

A formulação adotada, ano a ano, foi a seguinte:

$$BC_t = \frac{CP_t + CS_t}{PC_t}$$

Onde,

- BC_t representa a base de cálculo da contribuição normal para o ano “t”;
- CP_t representa a contribuição patronal para o ano “t”;
- CS_t representa a contribuição dos servidores ativos para o ano “t”;
- PC_t representa o plano de custeio definido para o ano “t”, líquido de taxa administrativa.

Por esse motivo, ao primeiro ano se considerou a alíquota de 32,14%, visto que engloba também os benefícios em repartição simples, conforme explicado no item 2. Para os anos subsequentes, considerou-se 30,59%.

Apesar da diferença, importante reiterar que não há qualquer influência do VASF sobre apuração do VACF ou das Provisões Matemáticas e consequentemente do Resultado Atuarial, para o método CUP.

Resposta iii, iv e v: Apesar de constarem de três itens específicos do relatório de macrogestão elaborado pelo TCE/MG (incisos iii, iv e v da alínea “c” do item 3.6), observamos que as informações prestadas acabaram por gerar as três aparentes inconsistências, as quais serão tratadas em conjunto a seguir:

Conforme mencionado no item 3, a coluna “Base de Cálculo da Contribuição Normal” (Coluna “E” / Código 109001) foi apurada mediante a aplicação reversa das alíquotas contributivas apuradas pelo método CUP e as contribuições anuais do Ente Federativo somada às contribuições dos segurados.

Ocorre que as contribuições dos futuros aposentados e pensionistas que receberão benefícios acima do teto estavam lançadas nas mesmas colunas em que se informou as contribuições dos segurados enquanto ativos (Colunas “V” e “W”). O valor presente atuarial dessas contribuições monta em R\$ 72.007.527,12 (setenta e dois milhões sete mil quinhentos e vinte e sete reais e doze centavos), e foram devidamente considerados nos cálculos atuariais, mas lançados nas colunas “V” e “W” dos fluxos e não nas colunas “AD” e “AE”.



Assim, a não distinção em colunas específicas das contribuições enquanto ativos e após aposentadoria acarretou na apuração equivocada - dada a adoção da metodologia mencionada no tópico 3 - de base de contribuição, quando não mais haverá ativos a partir de 2061.

Dessa forma, retificando-se o fluxo, conforme anexo, ao lançar as contribuições dos atuais ativos, enquanto fase de percepção de renda, nas colunas AD e AE (Códigos 123100 e 123200), e não mais nas colunas "V" e "W" (Códigos 123100 123200), tem-se que as duas inconsistências apontadas são justificadas e corrigidas.

Desta forma, de fato, se considerada a geração atual, por não haver mais ativos a partir de 2061, não haverá mais base de incidência de contribuição e tão pouco contribuições de servidores em atividade. Resta, assim, o montante de aproximadamente R\$ 72 milhões, em valor presente atuarial, como contribuições de futuros aposentados e pensionistas.

Da mesma forma, por não haver base de incidência a partir de 2061, não haverá mais, tão pouco, contribuições patronais.

Ainda, importante destacar que com a retificação - segregação das contribuições dos atuais ativos enquanto fase laborativa e pós fase laborativa - tem-se a apuração adequada da base de incidência das contribuições, conforme metodologia demonstrada no item 3 do presente relatório, sendo nula a partir de 2061, por não haver mais ativos da geração atual.

8 Adicionalmente e, para melhor aclarar as os procedimentos adotados no âmbito Municipal, a SUPREV informa que:

Considerações complementares da Assessoria Atuarial: Afora as considerações já apresentadas, como respostas e justificativas aos apontamentos do TCE/MG, temos a adicionar o que segue:

Quanto ao item 3.5.3 do relatório elaborado pelo r. Tribunal, há o entendimento já pacificado no RPPS de Belo Horizonte - e aplicado desde sua implementação - quanto às implicações da legislação municipal em relação ao custeio administrativo. Pelas disposições legislativas, tem-se que o Plano Previdenciário assume a totalidade das despesas administrativas do Regime Próprio de Previdência Social. O cálculo atuarial, então, fez refletir tal realidade, já operacionalizada, para fins de apuração de resultados fidedignos.

Quanto ao valor utilizado para fins de determinação da taxa de administração, apesar dos limites estabelecidos pela legislação municipal, considera-se o orçamento informado pelos gestores, de forma a considerar a destinação de valores justos aos gastos administrativos esperados.



Quanto ao item 3.5.4.2, importante mencionar que desde o exercício de 2018 – posteriormente em 2019 e iniciado agora em 2020 – vem sendo realizados pela Lumens Atuarial estudos estatísticos de aderência das hipóteses atuariais e especialmente para avaliação da adequação e convergência da taxa de juros, visando fundamentar tecnicamente a eleição das hipóteses a se utilizar nas avaliações atuariais. De fato, o relatório da avaliação atuarial apresenta apenas as justificativas, restando ao Relatório de Análise das Hipóteses as metodologias e resultados apurados pelos estudos estatísticos.

A saber, tem-se realizado anualmente estudos de aderência das tábuas biométricas, taxas de crescimento salarial, de benefícios, taxa de juros, tempo médio em abono de permanência, entre outros.

Tais documentos foram devidamente disponibilizados e apresentados aos gestores para tomada de decisão fundamentada em técnica atuarial-estatística.

d) da divergência entre a provisão matemática previdenciária a longo prazo contidas no relatório de avaliação atuarial e no Sicom., vide tópico 3.5.5.

Resposta: o TCEMG cita diferença de - R\$273.884.668,33 entre o valor da Provisão Matemática registrada em 2018 no Sicom e o valor constante no Relatório de Avaliação Atuarial data-base 31/12/2018.

Especificamente sobre o lançamento das provisões matemáticas, diz o MCASP 7ª edição, válido para 2018:

A fórmula de cálculo e a constituição das provisões matemáticas são objeto de normativos próprios do Ministério da Previdência Social. (MCASP 7ª Edição, p. 227).

Os procedimentos atuariais e contábeis dos RPPS, até 2018, seguiam ainda os comandos da Portaria MPS nº 403/08 que, sobre a provisão matemática, determinava:

Art. 14. As reavaliações atuariais, e os respectivos DRAA, deverão ter como data da avaliação o último dia do exercício anterior ao da exigência de sua apresentação, e serão elaboradas com dados cadastrais posicionados entre os meses de julho a dezembro do exercício anterior ao da exigência de sua apresentação. (Redação dada pela Portaria MPS nº 21, de 16/01/2013) (Portaria MPS Nº 403/08).

Os DRAA são apresentados ao Ministério sempre no exercício seguinte ao da data focal das suas respectivas reavaliações atuariais, no prazo que até então era determinado pela Portaria MPS nº 204/08. Logo, o Relatório Atuarial de 2018, apresentado ao RPPS no referido exercício, tinha data focal de reavaliação em 31/12/2017, cuja máscara para lançamentos contábeis foi encaminhada pela empresa encarregada da assessoria e consultoria atuarial ao RPPS, após o envio do respectivo DRAA, e registrada pela



Contabilidade da Unidade Gestora no exercício da apresentação, em consonância com a Portaria em epígrafe.

Esta forma de apuração e lançamento foi revista pela Portaria nº 464, de 19 de novembro de 2018, que revogou a Portaria MPS nº 403/08 e estabeleceu novos parâmetros para apuração e lançamentos dos resultados dos cálculos atuariais:

Art. 3º Deverão ser realizadas avaliações atuariais anuais com data focal em 31 de dezembro de cada exercício, coincidente com o ano civil, que se refiram ao cálculo dos custos e compromissos com o plano de benefícios do RPPS, cujas obrigações iniciar-se-ão no primeiro dia do exercício seguinte.

§ 1º A avaliação atuarial com data focal em 31 de dezembro de cada exercício deverá:

[...] VII - apurar as provisões matemáticas previdenciárias a serem registradas nas demonstrações contábeis levantadas nessa data, observadas as normas de contabilidade aplicáveis ao Setor Público;

[...] Art. 79. A aplicação dos parâmetros previstos nesta Portaria é facultativa para a avaliação atuarial relativa ao exercício de 2019, posicionada em 31 de dezembro de 2018, e obrigatória para as avaliações atuariais seguintes. (Portaria Nº 464/18) (grifo nosso)

Assim, compreendemos que os lançamentos realizados por esta Unidade Gestora estão em consonância com as normas expedidas pelo Ministério da Economia, inclusive com o MCASP. E em 2019 para os lançamentos contábeis do cálculo atuarial observamos estritamente a portaria em questão.

9 Noutro ponto, o órgão técnico do TCEMG sugere as recomendações (P. 131): a realização de um novo censo previdenciário, de forma a levantar todos os dados necessários para a correta mensuração dos resultados atuariais, em especial quanto ao tempo de serviço anterior e aos dados dos dependentes dos servidores, vide tópico 3.5.4.1; a realização de levantamento acerca das informações citadas – taxa de sobrevivência de válidos e inválidos e de entrada em invalidez, taxa real de crescimento das remunerações e taxa atuarial de juros –, considerando um histórico de cinco anos, para tornar factível os testes de aderência das hipóteses biométricas, bem como providencie as informações necessárias para realização dos testes de taxa real de crescimento das remunerações e taxa atuarial de juros, nos termos na Instrução Normativa SPREV/MF n. 09/18, vide tópico 3.5.4.2; a definição limites de alocação na política de investimentos, em conformidade com a Resolução CMN/BACEN n. 3.922/10, a fim de que não ocorram potenciais desenquadramentos e que estabeleça limites para investimentos em títulos e valores mobiliários de emissão ou coobrigação de uma mesma pessoa jurídica, a fim de mitigar o



risco de crédito e atender às exigências da legislação vigente, vide tópico 3.5.6.1; a classificação dos fundos de acordo com a CGACI-RPPS, a fim de dar transparência à alocação de recursos e possibilitar o controle dos limites de aplicação por segmento, vide tópico 3.5.6.2.

10 Em relação às sugestões de recomendações supramencionadas, a SUPREV assim se manifesta:

P. 131, recomendação a) e b)

Retorno: O art. 15, II, da Orientação Normativa nº 02/2009 determina que se faça o recenseamento previdenciário, com periodicidade não superior a cinco anos, abrangendo todos os aposentados e pensionistas. O Município de Belo Horizonte está em dia com esta obrigação, já que realizou o recadastramento dos beneficiários do RPPS em 2017, nos termos do Decreto nº 16.658/2017, e está atento ao prazo para a realização do próximo censo.

P. 131, recomendações c) e d):

Retorno c: Os limites de alocação já foram corrigidos na Política de Investimento de 2020. Já no que se refere aos limites previstos no inciso IV do art. 4º da Resolução CMN 3.922/2010, vamos providenciar a inclusão na próxima Política de Investimentos.

Retorno d: Vamos providenciar as devidas correções no próximo DAIR.

DO CAPÍTULO 5 - ANÁLISE DA EXECUÇÃO DAS METAS FÍSICAS E FINANCEIRAS DOS PROGRAMAS GOVERNAMENTAIS
5.12 – Considerações Finais (P. 205/209)

11 Nas suas considerações finais (P. 205/209) o órgão técnico do TCEMG apresenta os questionamentos a seguir, pelo que a Subsecretaria de Planejamento e Orçamento – SUPLOR - apresenta os esclarecimentos que se expõe:

a) em relação à área de resultado **Saúde:**

i. a respeito da subação 117.2895.3 (Serviços de Apoio à Rede Própria do SUS-BH), as razões fáticas e orçamentárias que justificaram a execução financeira aquém do planejado desta subação, bem como a respeito de por que não foi atribuída meta física à subação, explicitando-se quais atividades são abrangidas por ela, vide item 5.1;



Resposta: Quando da definição do valor proposto para o exercício 2018 essa ação e subação concentravam as despesas de caráter administrativo destinadas a garantir o funcionamento das unidades da Rede Própria do Município de Belo Horizonte (exemplo: aluguéis, contratos de manutenção e contratos de terceirizados). Diante do exposto, não foram definidas metas físicas e sim, administrativas.

Já em relação à baixa execução destacamos a publicação da Portaria 3992 do Ministério da Saúde em 28/12/2018 – ***“Altera a Portaria de Consolidação nº 6/GM/MS, de 28 de setembro de 2017, para dispor sobre o financiamento e a transferência dos recursos federais para as ações e os serviços públicos de saúde do Sistema Único de Saúde.”*** – publicação esta posterior à elaboração e aprovação da LOA 2018. Com as alterações trazidas pela citada portaria foi necessário ajustar a execução das despesas inicialmente previstas na ação/subação face à mudança da fonte de recursos a ser utilizada. A portaria trouxe a instituição da conta única de custeio a partir de janeiro de 2018 e, para melhor transparência da execução do orçamento, distribuímos dentro do mesmo, ou seja, para outras ações/subações as despesas conforme a finalidade dos blocos (Atenção Básica, Vigilância, Média e Alta Complexidade, Farmácia Básica e Gestão SUS).

ii. a respeito da subação 30.2616.2 (Novas Instalações da Maternidade HOB), as razões fáticas e orçamentárias que justificaram a inexecução financeira desta subação; bem como explique como ocorreu sua execução física, ainda que parcial, sem aplicação de quaisquer recursos financeiros, vide item 5.1;

Resposta: Esclarecemos que, no ano de 2017 havia uma expectativa de captação de recursos financeiros externos e de convênio, dado o alto custo da obra da nova maternidade, para sua execução. Portanto, na elaboração da proposta orçamentária 2018, foi incluída esta expectativa de execução. Entretanto, previamente ao início da execução da obra, haviam etapas anteriores a serem cumpridas, tais como: revisão da planilha orçamentária e as adequações de projetos complementares, segundo as normas que foram revisadas. Desta forma, o início da execução da obra, naquele ano de 2018, não se concretizou. Quanto a execução física, o percentual lançado no PPAG, se refere a execução dos projetos arquitetônicos e complementares realizados por empresa contratada pela SUDECAP, justificando a inexecução dos recursos financeiros previstos no orçamento.

iii. a respeito da subação 203.2894.10 (Consórcio Intermunicipal Aliança para Saúde), as razões fáticas e orçamentárias que justificaram a alteração do planejamento inicial, no sentido de se atribuir recursos a uma subação que originalmente não tinha execução financeira prevista no orçamento, bem como a respeito de por que não foi atribuída meta física à subação, explicitando-se quais atividades são abrangidas por ela., vide item 5.1;



Resposta: A despesa corresponde a um contrato de rateio, tendo como finalidade o funcionamento da sede administrativa do Consórcio Intermunicipal Aliança para a Saúde – CIAS. Pela natureza deste contrato entendemos que não cabe o estabelecimento de metas físicas e sim administrativas. A falta de previsão de recursos no orçamento de 2018 para essa despesa decorreu do fato de termos tomado o conhecimento do interesse em celebrar novo contrato apenas em agosto de 2018. Na ocasião, com a finalidade de garantir a transparência no processamento da despesa, solicitamos a abertura da subação para executar a despesa.

b) em relação à área de resultado Educação:

i. a respeito da subação 168.2046.4 (Contratação de Apoio Administrativo), as razões fáticas e orçamentárias que justificaram a execução financeira aquém do planejado desta subação, vide item 5.2;

Resposta: Inicialmente é importante destacar que, até meados do ano de 2018 as contratações de trabalhadores para exercerem funções de apoio nas escolas da Rede Municipal de Educação eram feitas diretamente pelas caixas escolares. Dentre essas funções estão as de porteiros(as), faxineiros(as), auxiliares, cantineiros(as), dentre outras.

Esse modelo de contratação já vinha sendo classificado como saturado pela Secretaria Municipal de Educação, que estudava formas de se buscar alternativas, diante dos problemas que se avolumavam.

Assim, ao longo do ano de 2017, no início da atual gestão governamental, foram feitas tratativas com a empresa Minas Gerais Administração de Serviços S.A. (MGS) visando promover a migração da atividade de contratação dos profissionais vinculados às caixas escolares para a referida empresa.

Como é de se imaginar, um processo de alteração dessa magnitude, envolvendo a situação funcional de mais de 8.000 trabalhadores, os quais estiveram durante anos regidos por uma forma específica de contratação, não se efetiva de uma única vez. E isso foi o que houve: debates intensos, longas e inúmeras reuniões envolvendo os atores diretamente relacionados, audiências.

Assim, quando da elaboração da proposta de Lei Orçamentária Anual 2018 (PLOA 2018) todas as discussões estavam em curso, sendo necessário, entretanto, se estabelecer mesmo assim, o impacto financeiro a constar da referida LOA.

Dessa forma, o planejamento orçamentário dessas despesas foi feito ainda atrelado às caixas escolares, haja vista que não se tinha, objetivamente, a definição final associada a MGS, que se encontrava em curso.



Ao longo de 2017 (após a elaboração da LOA/2018) e ao longo de 2018, com o avanço das tratativas, incluindo o Ministério Público do Trabalho, os contratos foram firmados com a MGS, e as migrações foram se dando.

Dessa forma, os montantes financeiros para arcar com as despesas de contratações nas caixas escolares foram sendo utilizados em menor escala, comparativamente aos originalmente previstos na LOA 2018, em contraposição ao aumento de valores gastos diretamente com a MGS naquele ano, razão pela qual justificamos os questionamentos.

É salutar apontarmos que tal processo de migração das contratações objetivou ampliar o tempo dedicado pelos diretores escolares (os quais são presidentes das caixas escolares, e até então, contratantes diretos dos trabalhadores), às ações eminentemente pedagógicas, voltadas ao processo de ensino e aprendizagem, uma vez que os assuntos administrativos e financeiros diversos e cotidianos consumiam praticamente todo o tempo deles.

Dessa forma, o orçamento previsto, teve de ser readequado visando cobrir as despesas com o pagamento centralizado da contratação de pessoal destinado à mão de obra de serviços de apoio ao ensino. Assim, os valores empenhados, liquidados e pagos na ação 2046-0004, em 2018, referem-se ao pagamento dos funcionários remanescentes, ainda contratados pelas caixas escolares que não migraram em 2018, por motivos diversos.

ii. a respeito da subação 169.2542.3 (Parcerias com Instituições de Educação Infantil), as razões fáticas e orçamentárias que justificaram a execução financeira aquém do planejado desta subação, vide item 5.2;

Resposta: Inicialmente, cumpre-nos esclarecer que a execução orçamentária no âmbito dessa sub-ação se deu em montante superior ao originalmente previsto na LOA 2018, pelos motivos que passamos a discorrer.

O Município tem envidado esforços significativos para universalização do atendimento em pré-escola e para ampliação do número de vagas na faixa etária de zero a três anos de idade (creche).

A expansão do atendimento ocorre tanto nas escolas municipais, quanto nas creches parceiras, em uma logística em que a municipalidade tem assumido a maior parte do atendimento da pré-escola em suas escolas municipais, ficando a concentração do atendimento das crianças de zero a três anos nas instituições parceiras.

Nessa perspectiva, na subação 169.2542.3 (Parcerias com Instituições de Educação Infantil) se previu o valor de R\$105.696.040,00 sendo que foram liquidados R\$161.792.146,10.



A execução orçamentário-financeira foi maior relativamente à previsão inicial, devido aos vários investimentos feitos naquele ano nas instituições parcerias, desde revisão das bases do custeio até realização de serviços de qualificação dos espaços físicos.

Estes investimentos são traduzidos, em suma, em uma melhoria da oferta de condições materiais e físicas às instituições, beneficiando as crianças atendidas, de forma mais adequada a esta etapa de atendimento educacional.

c) em relação à área de resultado *Proteção Social, Segurança Alimentar e Esportes*:

i. a respeito da subação 19.2405.1 (Inserção e manutenção cadastral das famílias no Cadastro Único – CADÚNICO), as razões fáticas que justificaram a execução financeira além do planejado desta subação, especificando quais fatores desconSIDERADOS ou subestimados na etapa de planejamento orçamentário foram determinantes no referido aumento da demanda pelo serviços abrangidos pela subação, vide item 5.3;

Resposta: Em 2017, com a edição da Lei nº 11.065, de 1º de agosto de 2017, a Prefeitura de Belo Horizonte passou por importante reestruturação administrativa. Nessa oportunidade, uma série de estruturas até então vinculadas as antigas Secretarias de Administração Regionais, vincularam-se Secretarias Temáticas.

A partir da reestruturação, novas unidades administrativas foram criadas, extintas e modificadas, assim como se alteraram significativamente as relações de subordinação administrativa. A reorganização trazida pela reforma administrativa levou também a uma reorganização orçamentária da Prefeitura como um todo, de modo que as unidades orçamentárias geridas pelas Secretarias Temáticas passaram a conformar diversas despesas executadas no âmbito territorial e regional. Isso levou a uma série de mudanças na organização orçamentária - o que inclui remanejamento de créditos orçamentários referentes a despesa - que no caso em tela, passou a contemplar na referida programática orçamentária, despesas regionalizadas pertinentes a Diretorias Regionais de Assistência Social recentemente criadas.

ii. a respeito da subação 101.1213.1 (Construção, Ampliação e Reforma de Equipamentos Esportivos e Áreas de Lazer), as razões fáticas e orçamentárias que justificaram a execução financeira aquém do planejado desta subação, vide item 5.3;"

Resposta: Na elaboração da lei orçamentária, havia uma previsão de entrada de receita de convênios que não se efetivou no exercício de 2018.

iii. a respeito da subação 19.1220.1 (Construção, Ampliação e Reforma de Unidades de Assistência Social), as razões fáticas e orçamentárias que justificaram a execução financeira aquém do planejado desta subação, vide item 5.3;



Resposta: O desempenho da execução desta subação foi comprometido em função de distrato e nova contratação de empresa para a obra, demandando reprogramação e aprovações do Ministério da Cultura para repasse de recursos.

d) em relação à área de resultado **Segurança**, a respeito da subação 109.2803.1 (Operacionalização da Guarda Municipal de Belo Horizonte), a metodologia utilizada para aferir a meta física prevista da subação, explicitando-se quais tipos de atividades são abrangidas por ela e como ocorreu a mensuração de sua execução física, vide item 5.4;

Resposta: Primeiramente é importante destacar que em relação a meta estipulada, essa visa produzir patrulhamento preventivo em equipamentos públicos municipais. Neste sentido, ao longo do ano de 2018 foi constatado pela Administração Municipal uma inconsistência na descrição conferida ao produto da meta “Equipamento Público Atendido” pela possibilidade de interpretação dissociada do propósito definido. Portanto houve a necessidade de revisão do Plano Plurianual de Ação Governamental - PPAG 2018-2021, para o período 2019-2021, na descrição do produto da meta de “Equipamento Público Atendido” para “Patrulhamento preventivo realizado” alinhando-se assim ao propósito inicialmente estipulado, conforme se pode verificar no Demonstrativo Físico e Financeiro de Programa por Área de Resultado e Eixo, página 231, previsto no art. 2º, da Lei Municipal nº 11.146, de 26 de dezembro de 2018.

Nos questionamentos propriamente ditos do Relatório TCE, questiona-se “**em que consiste o serviço de proteção a equipamentos públicos preconizado como produto da subação, principalmente o que toca a quais equipamentos públicos foram protegidos**”. Vale ressaltar que o serviço de proteção a equipamentos públicos estipulado como meta trata-se de ações de proteção e prevenção à ações delituosas em próprios públicos cadastradas e catalogadas na base de dados da Administração Municipal, de acordo com a ANEXO-1-Catálogo de Próprios Municipais. Tais ações são realizadas por meio de patrulhamento preventivo de equipes à pé ou motorizadas por meio da Guarda Municipal. A atuação preventiva da corporação tem como base legal a Lei Municipal 9.319/2007, que prevê em seu art. 1º que a Guarda Municipal tem como finalidade garantir a segurança aos órgãos, entidades, agentes, usuários, serviços e ao patrimônio do Município de Belo Horizonte. Sendo ratificado a competência geral das guardas municipais nos termos da Lei Federal 13.022/2014, de proteção de bens, serviços, logradouros públicos municipais e instalações do Município.

O patrulhamento preventivo é o exercício da atividade de policiamento da Guarda Civil Municipal, assegurada pela Lei Federal 13.022/2014, sendo essa modalidade realizada por meio de rondas em áreas propensas a atividades criminosas, utilizando-se de estratégia de emprego de efetivo a pé ou em veículo policiais adaptado para tal função.

O patrulhamento destina-se a ações realizadas em setores pré-definidos, constituindo-se em medidas preventivas e operações que viabilizem um nível satisfatório na sensação de segurança da população quando da utilização dos espaços públicos municipais.



Outro ponto de questionamentos refere-se à frequência que essa proteção foi demandada. Independentemente de ser demandada, o patrulhamento preventivo realizado pela Guarda Municipal é realizado diuturnamente, 24 horas por dia, nos sete dias da semana, visando manter o estado de normalidade, seja para inibir a ação de pessoas suspeitas ou para fazer cessar alguma ação delituosa já existente no local.

12 Também foi solicitado ***"Entende-se pertinente que o município esclareça a metodologia utilizada para aferir a meta física prevista da subação, explicitando-se quais tipos de atividades são abrangidas por ela e como ocorreu a mensuração de sua execução física."***

13 Nesse ponto, a SUPLOR esclarece que:

Resposta: A metodologia utilizada aponta para dois mecanismos básicos para gerar a estatística e aferir a meta estipulada de patrulhamento preventivo em Equipamentos Públicos municipais. Um deles trata-se da Ficha de Controle de Ronda, utilizada por toda viatura no patrulhamento rotineiro. Ao término de cada turno de serviço o servidor repassa a informação dos locais patrulhados para ser lançado em sistema próprio da corporação. Outro mecanismo de aferição está atrelado ao acompanhamento sistemático da Central de Coordenação Geral que monitora via rede de rádio a localização da viatura durante o turno de serviço, devendo o agente repassar ordinariamente sua localização que poderá ser confrontada com a informação lançada na Ficha de Controle de Ronda, tal procedimento é acompanhado, ainda, pela Supervisão Operacional realizada por gestores da corporação que supervisionam o turno de serviço.

A forma de mensuração das atividades abrangidas pelo patrulhamento preventivo motorizado considerou o fator Número de Equipamentos Públicos Municipais x Frota Operacional Disponível para atendimento, perfazendo uma estimativa de 120.000 patrulhamentos preventivos previstos para serem realizados em 12 meses.

e) em relação à área de resultado **Cultura:**

i. a respeito da subação 155.2908.5 (Tratamento e Preservação de Acervos), a respeito de por que não foi atribuída métrica de execução física à subação, explicitando-se quais atividades são abrangidas por ela, vide item 5.5;

Resposta: Devido à diversidade de suportes e acervos e, com isso, as diferentes formas de quantificação das atividades desenvolvidas, a informação consolidada apresenta fragilidade e falta de padrão. Além disso, essas são atividades de rotina das



perspectivas áreas que as executam. São realizadas atividades de acondicionamento, arranjo de acervo, catalogação, classificação, conservação, descrição de acervo, digitalização, identificação, organização de acervo, recebimento e conferência de documentos, recuperação, restauração e telecinagem. Além disso todas as atividades anteriormente citadas podem ser realizadas em diferentes tipos de acervo, tais como: artigos de periódicos, cartão postal, documento, disquete, disco de vinil, cartaz, filme, folheto, fotografia, objeto, obras de arte, entre outros. Adicionamos também o fato de alguns tipos de acervos serem medidos com base em unidades e outros em metros lineares. Toda essa complexidade inviabiliza a consistência da medição, pela natureza da atividade ser diversa.

ii. a respeito da subação 301.2907.4 (Bolsa Pampulha), as razões fáticas e orçamentárias que justificaram a alteração do planejamento inicial, no sentido de se atribuir recursos a uma subação que originalmente não tinha execução financeira prevista no orçamento, vide item 5.5;

Resposta: A execução financeira que ocorreu no ano de 2018 corresponde ao Termo de Colaboração, firmado no rito do "MROSC", para a execução do 33º Salão Nacional de Arte da Prefeitura de Belo Horizonte / 7ª Edição Bolsa Pampulha, decorrente do Chamamento Público nº 006/2018 - Processo nº 01-079.612/18-90, com O.S.C. Parceira: JA.CA - Centro de Arte e Tecnologia, finalizado no final de 2018, com previsão de liberação da parcela em Dezembro/2018.

Não ocorreu execução de meta física uma vez que a execução da parceria ocorreu em 2019, sendo apenas a liberação da parcela no final de 2018, para iniciar a execução em Janeiro/2019, ou seja, o produto desta subação, "bolsas concedidas" foi contabilizado no ano de 2019.

f) em relação à área de resultado **Desenvolvimento Econômico e Turístico**, a respeito da subação 86.1219.5 (Reforma do Espaço Multiuso do Parque Municipal), as razões fáticas e orçamentárias que justificaram a inexecução financeira desta subação no exercício de 2018, vide item 5.6;

Resposta: A inexecução financeira desta subação se deu em razão da ausência de repasse do governo estadual para realização desta obra. Apesar disso, há a necessidade de demonstrar em face da previsão em lei orçamentária a entrada deste recurso, ou seja, a LOA, pela legislação vigente, deve apresentar a previsão de recursos externos já negociados para a execução de determinados projetos, como é o caso em referência, em que o projeto estava aguardando o repasse do recurso pelo Estado para a execução da obra, o que não aconteceu da forma prevista.

g) em relação à área de resultado **Mobilidade Urbana**:



14 Em relação a todos os tópicos a seguir elencados a SUPLOR esclarece, de forma geral, que:

Considerando a elaboração lei orçamentária anual, salientamos que há um descompasso entre os momentos de planejamento e de execução, que é realizada entre os meses de agosto e setembro do exercício anterior, portanto alguns momentos de incerteza que, durante o planejamento, não é evidente para o órgão setorial executor, em especial, para os casos de obras públicas, cujo cenário é um tanto quanto incerto e dependente de vários fatores.

Não obstante que exista esse descompasso, a administração setorial tenta reduzir as incertezas, realizar um planejamento mais coerente com o Plano de Obras aprovado pelo município, buscando, continuamente, aprimorar os instrumentos de planejamento e de controle para reduzir, justamente, a execução aquém ou além daquilo que havia sido programado.

O Decreto Nº 16.839, de 29 de janeiro de 2018, dispõe sobre a programação orçamentária e financeira do Poder Executivo para o exercício de 2018 e dá outras providências. O Art. 1º deste decreto define que a programação orçamentária e financeira da despesa da administração direta e indireta do Poder Executivo fica estabelecida com base no orçamento aprovado pela Lei nº 11.097, de 29 de dezembro de 2017, e nas projeções anuais das disponibilidades financeiras do Tesouro Municipal, constituindo-se como limitação à aprovação de cota orçamentária e financeira.

15 Passa-se aos esclarecimentos pontuais apresentados pela SUPLOR:

i. a respeito da subação 62.1330.7 (Via 710), as razões fáticas e orçamentárias que justificaram as execuções física e financeira aquém do planejado desta subação, vide item 5.7;

Resposta: A execução financeira e física aquém do planejado para esta subação se justifica pelos impedimentos físicos e judiciais relacionados ao grande número de desapropriações e remoções de famílias impactando na evolução do empreendimento.

ii. a respeito da subação 62.1330.6 (Obras do Complexo da Lagoinha), as razões fáticas e orçamentárias que justificaram as execuções física e financeira aquém do planejado desta subação, vide item 5.7;

Resposta: Os valores executados correspondem ao empreendimento “Execução dos serviços e obras de implantação do Complexo da Lagoinha (Viaduto Leste) - Meta 2, iniciado em 2015, com conclusão em 2018, resultando num valor baixo para a meta física para o exercício. Além disso, havia uma previsão de licitação da Meta 3 do Boulevard Arrudas (tamponamento) que não se efetivou.



iii. a respeito da subação 62.1270.1 (Expansão do Metrô – Obra), as razões fáticas e orçamentárias que justificaram as inexecuções física e financeira desta subação, vide item 5.7;

Resposta: A inexecução física e financeira desta subação se deu em função da não consolidação do repasse de recursos do governo federal.

iv. a respeito da subação 62.1230.1 (Serviço de Implantação, Pavimentação, Requalificação e Manutenção de Vias Públicas), as razões fáticas e orçamentárias que justificaram a inexecução física desta subação, vide item 5.7;

Resposta: R: Os valores executados correspondem os serviços de manutenção da cidade, que foram incorporados no orçamento da SMOBI, após o início do exercício 2018, e adequados aos programas disponíveis. A demonstração física dessa despesa ficou sob a responsabilidade da Unidade Orçamentária 2702 - SUDECAP.

v. a respeito da subação 62.1330.10 (Obras Diversas do Sistema Viário), as circunstâncias em que o atraso no fornecimento do material ocorreu, elucidando por que esse prazo exigido pelos fornecedores para entrega do material divergiu das premissas utilizadas pelo município para embasar a meta física da subação para o exercício, vide item 5.7;

Resposta: O empreendimento foi licitado em Fev/18 e o contrato homologado em Jun/18. A autorização para início dos serviços foi dada em Nov/18. Em dezembro, optou-se pela paralisação da obra até a entrega dos materiais específicos para este empreendimento e nova programação.

vi. a respeito da subação 62.1230.2 (Elaboração de Projetos), as razões fáticas e orçamentárias que justificaram a execução financeira aquém do planejado desta subação. Também, solicita-se esclarecimentos a respeito de por que não foi atribuída meta física à subação, explicitando-se quais atividades são abrangidas por ela, vide item 5.7;

Resposta: Trata-se de subação para despesas com serviços técnicos especializados para o desenvolvimento e elaboração de estudos, serviços e projetos de licenciamento, regularização, adequação, ampliação, implantação e execução de empreendimentos da PBH.

vii. a respeito da subação 62.1231.6 (Outras Intervenções em Assentamentos Precários), as razões fáticas que justificaram a execução financeira além do planejado desta subação. demonstrando quais fatores desconsiderados ou subestimados na etapa de planejamento foram determinantes no referido aumento da demanda pelos serviços abrangidos pela subação, vide item 5.7;



Resposta: A execução desta subação está relacionada ao grande número de desapropriações e remoções de famílias para atendimento ao programa, que dependem de acordos administrativos e judiciais com os beneficiários.

h) em relação à área de resultado Sustentabilidade Ambiental:

i. a respeito da subação 66.1203.1 (Drenagem e Tratamento de Fundos de Vale), as razões fáticas e orçamentárias que justificaram as execuções física e financeira aquém do planejado desta subação, vide item 5.8;

Resposta: A execução de despesas com desapropriação e remoção de famílias, consultoria de projetos e estudos e serviços de manutenção na estrutura urbana do município - contenções e drenagem não foi considerada na meta física da subação.

ii. a respeito da subação 66.1307.2 (Recuperação Ambiental do Córrego Bonsucesso), as razões fáticas e orçamentárias que justificaram as execuções física e financeira aquém do planejado desta subação, vide item 5.8;

Resposta: A obra de tratamento de fundo de vale da Bacia do Córrego Bonsucesso foi licitada em 2018, entretanto, não recebeu ordem de início dos serviços no exercício. Foram executadas despesas com consultoria de projetos e monitoramento hidrológico, desapropriação e remoção de famílias.

iii. a respeito da subação 73.1349.1 (Reforma de Parques), as razões fáticas e orçamentárias que justificaram as execuções física e financeira aquém do planejado desta subação, vide item 5.8;

Resposta: A execução financeira da subação está relacionada à prestação de serviços de comunicação visual relativos à remoção de placas e totens no Parque Municipal Américo Renne Giannetti. Além disso, havia uma previsão de entrada de recurso externo que não se efetivou.

iv. a respeito da subação 73.1202.1 (Construção e Ampliação de Praças, Parques e Canteiros), as razões fáticas e orçamentárias que justificaram as execuções física e financeira aquém do planejado desta subação, vide item 5.8;

Resposta: Havia uma previsão de entrada de recurso externo que não se efetivou.

v. a respeito da subação 244.1244.2 (Limpeza e Manutenção da Orla e espelho d'água da Lagoa da Pampulha), as razões fáticas e orçamentárias que justificaram as execuções física e financeira aquém do planejado desta subação, vide item 5.8;



Resposta: Parte das despesas que foram planejadas para serem realizadas nesta subação foram redirecionadas para a subação de “Implantação do Programa Pampulha Viva.”

i) em relação à área de resultado **Habitação, Urbanização, Regulação e Ambiente Urbano:**

i. a respeito da subação 233.1208.2 (Manutenção Preventiva e Corretiva de Pavimento), as razões fáticas e orçamentárias que justificaram a execução financeira aquém do planejado desta subação; bem como explicação de como ocorreu sua execução física com aplicação de apenas uma fração dos recursos financeiros originalmente previstos, vide item 5.9;”

Resposta: Na ação 1208.2 o valor questionado refere-se a um empenho de ressarcimento de ISSQN (NE 508/2018), contrato SC-047/12. Havia um entendimento de que os ressarcimentos seriam empenhados na natureza 449093 quando os contratos estivessem vencidos e na 449051, quando estivessem em vigor. Esse empenho no valor R\$ 59.739,76 foi emitido um dia antes do encerramento do contrato, o que justifica o fato de ter sido feito na 449051.

ii. a respeito da subação 233.1203.3 (Serviços e Obras de Contenção e Manutenção em Redes de Drenagem Pluvial), as razões fáticas e orçamentárias que justificaram a inexecução financeira desta subação; bem como esclarecimentos a respeito de por que não foi atribuída meta física à subação, explicitando-se quais atividades são abrangidas por ela, vide item 5.9;”

Resposta: Na ação 1203.3 não houve execução desses serviços na Sudecap uma vez que o orçamento de manutenção foi transferido para a Smobi no ano de 2018.

j) em relação à área de resultado **Atendimento ao Cidadão e Melhoria da Gestão Pública:**

i. a respeito da subação 15.2007.2 (Campanha de Divulgação Institucional do Município), as razões fáticas que justificaram a execução financeira além do planejado desta subação, demonstrando quais fatores desconsiderados ou subestimados na etapa de planejamento do orçamento foram determinantes nas demandas que surgiram ao longo do ano e que exigiram que um volume maior de recursos fosse destinado à subação, vide item 5.10;

Resposta: Informamos que a execução orçamentária e financeira (valores liquidados) da referida classificação orçamentária está coerente com o limite estabelecido no Decreto nº 16.839/2018, que dispõe sobre a programação orçamentária e financeira da PBH e com o crédito disponível, ou seja, o valor previsto para fomentar a atividade de



comunicação social foi definido na programação orçamentária para 2018, dentro de um padrão sem crescimento real ao longo dos exercícios.

ii. a respeito da subação 13.2052.1 (Serviço de Cobrança da Dívida Ativa e Legislação Tributária), as razões fáticas que justificaram a execução financeira além do planejado desta subação. demonstrando quais fatores desconsiderados ou subestimados na etapa de planejamento foram determinantes para que fosse necessário um maior volume de investimentos na subação, bem como esclarecimentos a respeito de por que não foi atribuída meta física à subação, explicitando-se quais atividades são abrangidas por ela, vide item 5.10;

Resposta: O valor de acréscimo refere-se à adequação dos centros de custos das despesas de pessoal tendo em vista lotação de servidores da SUREM.

iii. a respeito da subação 7.2924.1 (Indenizações e Manutenção de Bens Incorporados da BEPREM), as razões fáticas e orçamentárias que justificaram a alteração do planejamento inicial, no sentido de se atribuir recursos a uma subação que originalmente não tinha execução financeira prevista no orçamento, bem como esclarecimentos a respeito de por que não foi atribuída meta física à subação, explicitando-se quais atividades são abrangidas por ela, vide item 5.10;

Resposta: Informamos que os valores do orçamento foram alterados por meio de Crédito Especial conforme Decreto 16.905 de 09/05/2018 atendendo o disposto da Lei 11.104 de 16/01/2018 que reestruturou o Regime Próprio de Previdência Municipal e Decreto 16.894 de 04/05/2018.

k) em relação ao eixo Administração Geral, a respeito da subação 26.2925.1 (Indenizações e Restituições de Bens ao Município), as razões fáticas e orçamentárias que justificaram a alteração do planejamento inicial, no sentido de se atribuir recursos a uma subação que originalmente não tinha execução financeira prevista no orçamento, bem como esclarecimentos a respeito de por que não foi atribuída meta física à subação, explicitando-se quais atividades são abrangidas por ela.

Resposta: a alteração do planejamento inicial foi promovida em consonância com o art. 5º da Lei nº 11.104, de 16 de janeiro de 2018, e a ação 2925 foi criada para dar maior transparência à execução orçamentária. Destinou-se a atender aos dispositivos da referida Lei e do seu regulamento (art. 2º, I e II, do Decreto nº 16.894, de 04 de maio de 2018). Não havendo produtos a serem entregues, não cabia, neste caso, a atribuição de meta física.



CAPÍTULO 6 – ANÁLISE DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS –
6.7 Considerações Finais – (P. 249/250)

16 Nas suas considerações finais (P. 249/250) o órgão técnico do TCEMG apresenta os questionamentos a seguir, pelo que a Secretaria Municipal de Fazenda - SMF - apresenta os esclarecimentos que se expõe:

a) da diferença no valor total da receita realizada informada pelo município ao Sicom, vide itens 6.1 e 3.2.1;

Resposta: O valor da Receita Arrecadada em 2018 é de R\$ 10.558.498.030,97, conforme relatórios do sistema SOF.

Estes valores estão corretamente informados no Balanço Orçamentário e no Balanço Financeiro publicados no DOM e disponibilizados no Relatório Contábil de Propósito Geral.

O TCE compara os valores enviados por meio do Módulo DCASP com os valores enviados por meio do Módulo Acompanhamento Mensal (arquivos REC e ARC).

Como os valores dos demonstrativos estão corretos, conclui-se que os valores das informações enviadas por meio do Módulo DCASP também encontram-se íntegras.

Provavelmente ocorreu alguma distorção nos valores enviados ao SICOM por meio do Módulo Acompanhamento Mensal (arquivos REC e ARC).

b) do saldo de R\$ 511.717.771,89 que consta na demonstração as mutações do patrimônio a título de ajustes de exercícios anteriores, vide item 6.6.

17 Para esclarecer esse tópico, a SMF encaminha o gráfico contendo a decomposição dos lançamentos em "Ajustes de Exercícios Anteriores":



AJUSTES DE EXERCÍCIOS ANTERIORES - EXERCÍCIO 2018 - CONSOLIDADO		
DESCRIÇÃO	R\$	%
Alterações de lançamentos e inscrição de créditos em Dívida Ativa	149.387.401,81	-29,19%
Ajustes na apropriação da folha de pagamento	- 13.366.632,75	2,61%
Cancelamento de precatórios de exercícios anteriores por determinação do TJMG	122.632.679,36	-23,96%
Anulação de Título (em liquidação) - RP não processado	52.232.781,66	-10,21%
Anulação de Título (em liquidação) - sem vinculação de RP não processado	13.560.110,70	-2,65%
Emissão de Título (em liquidação) - RP não processado	- 492.831.412,32	96,31%
Anulação de Liquidação de RP não processado sem Título vinculado	804.610,39	-0,16%
Emissão de Liquidação de RP não processado sem Título vinculado	- 3.219.431,21	0,63%
Baixa de bens imóveis registrados em "bens imóveis a classificar" e "outros bens imóveis" migrados da Fundação Zoo-Botânica em 31/01/2018. Tais imóveis denominados "áreas urbanizadas" valor R\$ 51.336.000,00 e "matas e cerrado" valor R\$ 223.560.000,00 foram registrados na Fundação Zoo-Botânica em 1999 e não possuíam respaldo documental suficiente para permanência de seus valores no ativo da FPMZB. Processo 01.018955/18-33.	- 274.896.000,00	53,72%
Outros ajustes diversos	- 66.021.879,53	12,90%
TOTAL DOS AJUSTES DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	- 511.717.771,89	100%

CAPÍTULO 7 - APURAÇÃO DOS LIMITES E DAS OBRIGAÇÕES LEGAIS E CONSTITUCIONAIS - 7.9 - Considerações Finais (P. 303/304)

18 Nas suas considerações finais (P. 303/304) o órgão técnico do TCEMG apresenta os questionamentos a seguir, pelo que a SUPLOR apresenta os esclarecimentos que se expõe:

a) das divergências apuradas nos valores dos créditos abertos por meio dos Decretos Municipais n. 17.018/18, 17.028/18 e 17.029/18 em relação aos dados declarados ao Sicom, bem como a ausência de declaração ao sistema das informações referentes aos Decretos Municipais n. 16.956/18, 16.962/18, 16.965/18, 16.971/18, 16.975/18, 16.987/18, 17.001/18 e 17.033/18, vide tópico 7.2.1;

19 Nesse ponto, o órgão técnico dessa Corte (P. 253/254) relata que:

Primeiramente ao confrontar os valores informados pelo município no SICOM com os decretos em PDF também enviados pelo ente, verifica-se que há divergências nos valores de três decretos, n.: 17.018/18, 17.028/18 e 17.029/18.



Há também divergência em relação ao decreto n. 16.987/18 que abre créditos suplementares no valor total de R\$ 943.000,00 por anulação de dotações. No entanto, o município cadastrou o decreto no SICOM sob o tipo “Decreto de Remanejamento” e sem origem de recursos.

Além disso, o município não informou no SICOM os decretos de n. 16.956, 16.962, 16.965, 16.971, 16.975, 17.001 e 17.033/18, cujos valores de créditos abertos foram: R\$ 9.971.478,00, R\$ 50.289.730,00, R\$ 140.000,00, R\$ 33.735.894,00, R\$ 402.791.154,00, R\$ 54.096.850,00 e R\$ 151.624.982,00, respectivamente.

Assim, perante a ausência e divergência dos dados dos decretos citados, fica, portanto, prejudicada a análise deste item. Solicita-se ao município esclarecimento quanto às divergências apontadas, retificando-se, caso seja necessário, eventuais incorreções nas remessas enviadas ao SICOM.

20 Após análise pontual, a SUPLOR esclarece que:

Resposta: No tocante às divergências apontadas entre as informações enviadas pelo Município ao SICOM em relação aos valores contidos no inteiro teor dos supracitados decretos de créditos adicionais abertos no exercício financeiro de 2018, trata-se de impedimento contido no validador do SICOM, que não permite o envio de modificações na LOA, através do AOC – Módulo de Acompanhamento Mensal, quando há divergência entre o detalhamento do IP e as alterações orçamentárias realizadas por meio de créditos adicionais e realocações de recursos.

Esse impeditivo no validador do sistema, contido nas Unidades Administrativas e Fontes e Destinação de Recursos específicas do Município fez com que várias classificações orçamentárias com valores de créditos alterados não puderam ser enviadas pelo AOC, como apontado no relatório do TCEMG em apreço.

Isso constitui no exclusivo motivo da Divergência entre os valores do banco de dados do AOC/ SICOM e o inteiro teor dos decretos publicados durante o exercício financeiro e enviados mensalmente através do módulo Legislação de Caráter Financeiro, ocasionando distorção na posição final do crédito orçamentário.

Movimento de Crédito Consolidado e Execução da Despesa Orçamentária - 2018 – PBH
A fim de não causar prejuízo à análise desde item da prestação de contas do Município de 2018, além de permitir ao TCEMG obter as informações do SOF com toda a transparência da movimentação de crédito orçamentário que comprova a exatidão e obediência aos preceitos legais das alterações dos créditos e execução orçamentária, anexamos o relatório “Movimento de Crédito Consolidado e Execução da Despesa Orçamentária - 2018 – PBH” que demonstra a movimentação de crédito orçamentários com o processamento da despesa empenhada, liquidada e paga, bem como o relatório “Quadro de Controle de Abertura de Créditos Adicionais – 2018” com a demonstração consolidada dos créditos suplementares abertos no exercício. (DOC III)



b) das informações pertinentes aos restos a pagar do exercício anterior sem disponibilidade de caixa pagos no exercício atual referentes à MDE e ASPS, por meio de planilha eletrônica editável, vide tópicos 7.4.1.4 e 7.4.2.4;

21 Atendendo à solicitação contida nesse tópico a SMF encaminha, em anexo, as planilhas requeridas, conforme consta do DOC IV e DOC V.

c) da utilização das “outras movimentações” no exercício de 2018, principalmente no que diz respeito à **i.** utilização do tipoEntrSaida “outras movimentações” em detrimento das demais categorias, como “transferência de outras contas bancárias para essa conta no mês” e “Transferência dessa para outras contas bancárias no mês”, que permitem aferir a origem e o destino dos recursos; e **ii.** aparente utilização do mecanismo “outras movimentações” para modificar a fonte dos recursos disponíveis em cada conta apontada no tópico 7.4.3;

22 Em relação a esse tópico a SMF apresenta os esclarecimentos a seguir:

Resposta: O controle por fonte ou destinação de recursos nas contas bancárias e financeiras foi implementado no Município de Belo Horizonte em janeiro de 2019, conforme disposto no Decreto Municipal nº 17.038 de 21/12/2018.

Para tanto, foram realizadas diversas providências para aferir o saldo por fonte de todas as contas bancárias e financeiras, além de alterações das funcionalidades no Sistema Orçamentário, Financeiro e Contábil do Município de Belo Horizonte que passaremos a discorrer.

Inicialmente, no cadastro das contas, foram determinadas as fontes de recursos permitidas para movimentação em cada conta bancária e financeira.

A metodologia utilizada para apuração do saldo por fonte de cada conta teve como premissa a análise de todos os movimentos financeiros (receitas e despesas, bem como as transferências, aplicações, resgates e rendimentos de aplicação) que ocorreram desde sua abertura até 31/12/2018.

Importante registrar que, para a definição da fonte da receita, foi necessário avaliar o Ementário da receita e tabelas de fontes de recursos de diferentes exercícios, já que haviam contas com movimentação desde 2002. Procedimento similar foi adotado para apuração do total de despesas pagas na conta, buscando a fonte dos empenhos e respectivos De/Para de fonte de todos os exercícios. Para apuração da fonte de cada transferência, considerou-se a fonte de origem pré-definido para cada conta. Para



apuração do rendimento de aplicação foram analisados legislação, contratos e convênios de acordo com o motivo/objetivo de abertura de cada conta, buscando aferir o saldo por fonte.

Isto posto, e considerando que até exercício de 2018, os documentos referentes aos pagamentos e às receitas eram informados por fonte de recursos no arquivo CTB do módulo AM do Sicom, e os demais documentos, por não haver funcionalidade no sistema informatizado interno, eram padronizados para informar a fonte 100, acarretou inconsistências no saldo final do exercício.

Desta forma, e para garantir transparência ao procedimento de classificação dos saldos por fonte, a estratégia técnica adotada foi de registrar saída de todo o saldo utilizando o “tipoEntrSaida “outras movimentações:

- 1) Saída do tipo 99 para os saldos cuja fonte era diferente de 100;
- 2) Entrada do tipo 99 para as fontes corretas, de acordo com classificação do saldo final por fonte apurado conforme esclarecido acima.

Esse movimento ocorreu após o fechamento contábil e antes do encerramento do exercício de 2018. Os saldos de todas as contas bancárias e financeiras foram classificados por fonte de recursos, de forma automatizada, através de funcionalidade criada para este fim, conforme regras transcritas abaixo:

O objetivo da funcionalidade é classificar o saldo final de dez/18 de todas as contas bancárias do Município de acordo com a atividade realizada na funcionalidade “Classificação de Saldos por Fonte Sintética/Fonte Analítica”, no SOF Administração Financeira.

A atividade será realizada em duas etapas:

- Reclassificação do saldo final de dez/18 dos arquivos CTB do Sicom integralmente para a fonte sicom 100 para aquelas contas que o saldo final contém fonte sicom diferente de 100. Esta etapa só será necessária nos arquivos CTB da Administração Direta.
- Nova reclassificação da fonte Sicom 100 para as fontes constantes no SOF Administração Financeira, de acordo com a atividade de “Classificação de Saldos por Fonte Sintética/Fonte Analítica”. Esta etapa será necessária nos arquivos CTB de todas as Entidades Sicom do Município, pois o saldo 31/12/2018 de todas as contas da Administração Indireta estão com fonte Sicom 100.

1) Reclassificação para a fonte 100 (somente Administração Direta – Entidade Sicom 801)



- Verificar, no Integra Sicom, as contas bancárias cujo saldo final de dez/18 não corresponde a fonte sicom 100;
- Para todas as contas identificadas na etapa anterior, deverão ser incluídos 2 registros do tipo 21, conforme itens a e b abaixo.

a) Um registro 21, filho do registro 20 com fonte sicom diferente de 100, registrando movimento de saída:

CAMPO	VALOR A SER INSERIDO
1 - tipoRegistro	21
2 - codCTB	Código CTB do registro 20 correspondente
3 - codFontRecursos	Fonte sicom diferente de 100 constante no registro 20
4 - codReduzidoMOV	Regra já constante na extração (<i>codCTB + tipoEntrSaida + tipoEntrSaida</i>)
5 - tipoMovimentacao	2 - Saída;
6 - tipoEntrSaida	99 - Outras movimentações realizadas no mês
7 - valorEntrSaida	Valor do saldo na fonte diferente de 100
8 - codCTBTransf	Vazio
9 - codFonteCTBTransf	Vazio

- Caso já exista registro 21, filho do registro 20 com fonte sicom diferente de 100, com campos iguais aos informados acima, somente o campo 7 - valorEntrSaida deve ser atualizado, adicionando-se o valor do saldo da fonte diferente de 100;
- Os demais registros 21 filhos do registro 20 com tipoEntrSaida diferentes já existentes devem ser mantidos;
- O campo 6 - *vSaldoFinalFonte* do registro 20 deve ser atualizado, diminuindo-se o valor do registro.

b) Um registro 21, filho do registro 20 com fonte sicom igual a 100, registrando movimento de entrada: (Caso o codCTB não contenha registro 20 com fonte igual a 100, este também deverá ser incluído)

CAMPO	VALOR A SER INSERIDO
1 - tipoRegistro	21
2 - codCTB	Código CTB do registro 20 correspondente
3 - codFontRecursos	100
4 - codReduzidoMOV	Regra já constante na extração (<i>codCTB + tipoEntrSaida + tipoEntrSaida</i>)
5 - tipoMovimentacao	1 - Entrada
6 - tipoEntrSaida	99 - Outras movimentações realizadas no mês
7 - valorEntrSaida	Valor do saldo na fonte diferente de 100
8 - codCTBTransf	Vazio
9 - codFonteCTBTransf	Vazio

- Caso já exista registro 21 filho do registro 20 com fonte igual a 100 com campos iguais aos informados acima, somente o campo 7 - valorEntrSaida deve ser atualizado, adicionando-se o valor do saldo da fonte diferente de 100;



- Os demais registros 21 filhos do registro 20 com tipoEntrSaida diferentes já existentes devem ser mantidos;
- O campo 6 – *vlSaldoFinalFonte* do registro 20 deve ser atualizado, aumentando-se o valor do registro.

c) Exemplos:

Antes do acerto por fonte, a conta codctb 18201 tinha o saldo de 10.000,00 na fonte 100 e de 5.000,00 na fonte 101. Todo o saldo na fonte 101 será transferido para a fonte 100, que passará a ter o saldo de 15.000,00.

○ Antes do acerto por fonte:

20	2	18201	100	10.000,00	10.000,00	
20	2	18201	101	5.000,00	5.000,00	

○ Após do acerto por fonte:

20	2	18201	100	10.000,00	15.000,00	
21	18201	100	18201991	1	99	5.000,00
20	2	18201	101	5.000,00	0,00	
21	18201	101	18201992	2	99	5.000,00

2) Nova reclassificação da fonte sicom 100 para a fonte sicom correta, conforme SOF Administração Financeira (Todas as Entidades Sicom)

- Identificar, no SOF Administração Financeira, o saldo por fonte de todas as contas bancárias em 31/12/2018;
- Realizar de x para dos saldos identificados de fonte analítica/fonte sicom, conforme “Relatório de Fonte Analítica x Fonte Sicom”, constante no Módulo Prestação de Contas, no exercício de 2018;
- A partir deste de x para, realizar o movimento de saída da fonte 100 no registro 21 e entrada na fonte identificada no SOF Administração Financeira, conforme orientações abaixo:

a) Um registro 21, filho do registro 20 com fonte sicom igual a 100, registrando movimento de saída:

CAMPO	VALOR A SER INSERIDO
1 – tipoRegistro	21
2 – codCTB	Código CTB do registro 20 correspondente



3 – codFontRecursos	100
4 – codReduzidoMOV	Regra já constante na extração (<i>codCTB + tipoEntrSaida + tipoEntrSaida</i>)
5 – tipoMovimentacao	2 - <i>Saída</i> ;
6 - tipoEntrSaida	99 - <i>Outras movimentações realizadas no mês</i>
7 – valorEntrSaida	Valor do saldo na fonte 100
8 – codCTBTransf	Vazio
9 – codFonteCTBTransf	Vazio

- Caso já exista registro 21, filho do registro 20 com fonte sicom igual a 100, com campos iguais aos informados acima, somente o campo 7 – valorEntrSaida deve ser atualizado, adicionando-se o valor do saldo da fonte igual a 100;
- Os demais registros 21 filhos do registro 20 com tipoEntrSaida diferentes já existentes devem ser mantidos;
- O campo 6 – *vlSaldoFinalFonte* do registro 20 deve ser atualizado, diminuindo-se o valor do registro.

b) Um registro 21, filho do registro 20 com fonte sicom diferente de 100, registrando movimento de entrada: (Caso o codCTB não contenha registro 20 com fonte diferente de 100, este também deverá ser incluído)

CAMPO	VALOR A SER INSERIDO
1 – tipoRegistro	21
2 – codCTB	Código CTB do registro 20 correspondente
3 – codFontRecursos	Fonte sicom diferente de 100 constante no registro 20
4 – codReduzidoMOV	Regra já constante na extração (<i>codCTB + tipoEntrSaida + tipoEntrSaida</i>)
5 – tipoMovimentacao	1 - <i>Entrada</i>
6 - tipoEntrSaida	99 - <i>Outras movimentações realizadas no mês</i>
7 – valorEntrSaida	Valor do saldo na fonte diferente de 100
8 – codCTBTransf	Vazio
9 – codFonteCTBTransf	vazio

- Caso já exista registro 21 filho do registro 20 com fonte diferente de 100 com campos iguais aos informados acima, somente o campo 7 – valorEntrSaida deve ser atualizado, adicionando-se o valor do saldo da fonte diferente de 100;
- Os demais registros 21 filhos do registro 20 com tipoEntrSaida diferentes já existentes devem ser mantidos;
- O campo 6 – *vlSaldoFinalFonte* do registro 20 deve ser atualizado, aumentando-se o valor do registro.

**c) Exemplos:**

Após o acerto por fonte do item 1), a conta codctb 18201 passou a ter o saldo de 15.000,00 na fonte 100. Mas deste valor, 2.000,00 devem ser reclassificados na fonte 101 e 3.000,00 na fonte 102.

- Antes da reclassificação da fonte 100 (informação salva em tabela temporária):

20	2	18201	100	10.000,00	15.000,00	
----	---	-------	-----	-----------	-----------	--

- Após a reclassificação da fonte 100:

20	2	18201	100	15.000,00	10.000,00	
21	18201	100	18201992	2	99	5.000,00
20	2	18201	101	0,00	2.000,00	
21	18201	101	18201991	1	99	2.000,00
20	2	18201	102	0,00	3.000,00	
21	18201	102	18201991	1	99	3.000,00

Diante de todo o exposto, esclarecemos que esta metodologia foi adotada, pois no layout do arquivo CTB de 2018, não existia a previsão de tipoEntrSaida para alteração de saldo por fonte, e embasada na resposta do CRJ 640570: “o acerto de fonte de recursos nas contas bancárias deve ser feito utilizando o tipoEntrSaida “99 – Outras movimentações realizadas no mês”.

Salientamos que todas as contas bancárias apontadas neste relatório, no item 7.4.3 Considerações a respeito das “99 - Outras movimentações realizadas no mês” referem-se exclusivamente a este tipo de acerto.

d) da diferença apurada nos valores gastos do Poder Executivo com inativos e pensionistas com recursos do RPPS declarados ao Sicom em relação à mesma despesa publicada no RGF, vide tópico 7.5. (Despesa com Pessoal)

O órgão técnico apontou uma diferença entre a apuração da Receita Corrente Líquida Ajustada feita pelo TCEMG e a apresentada pelo Município no valor de R\$ 5.636.278,30.



TABELA 7.32
Receita Corrente Líquida ajustada para
cômputo da despesa com pessoal

Operação	Descrição	Valor
(I = a + b) I - Receita Corrente realizada no período		\$ 10.525.264.246,24
(a)	a) 1.0.0.0.00.0.0 - RECEITAS CORRENTES	\$ 9.760.789.470,40
(b)	b) 7.0.0.0.00.0.0 - RECEITAS CORRENTES	\$ 764.474.775,84
(II = a + b + c) II - Deduções da Receita Corrente para formação da RCL		\$ 430.875.251,57
(a)	a) Restituições	\$ 11.417.946,65
(b)	b) Fundeb	\$ 415.433.842,01
(c)	c) Outras deduções	\$ 4.023.462,91
(III = a + b + c + d) III - Exclusões da Receita Corrente para formação da RCL		\$ 1.033.371.322,22
(a = i + ii + ... + vii) a) Contribuição dos Servidores para o RPPS		\$ 245.765.450,23
(i)	i) 1.2.1.0.04.4.1 - Contribuição dos Pensionistas Civis para o RPPS - Principal	\$ 3.328.800,38
(ii)	ii) 1.2.1.0.04.6.1 - Contribuição do Servidor Ativo Civil ao RPPS Oriunda de Sentenças Judiciais - Principal	\$ 1.501.128,91
(iii)	iii) 1.2.1.0.04.2.1 - Contribuição do Servidor Ativo Civil para o RPPS - Principal	\$ 216.673.453,81
(iv)	iv) 1.2.1.0.04.3.1 - Contribuição do Servidores Inativos Civis para o RPPS - Principal	\$ 23.606.763,33
(v)	v) 1.2.1.0.04.7.1 - Contribuição do Servidor Inativo Civil ao RPPS Oriunda de Sentenças Judiciais - Principal	\$ 409.675,73
(vi)	vi) 1.2.1.0.04.2.2 - Contribuição do Servidor Ativo Civil para o RPPS - Multas e Juros	\$ 34.382,79
(vii)	vii) 1.2.1.0.04.8.1 - Contribuição do Pensionista Civil ao RPPS Oriunda de Sentenças Judiciais - Principal	\$ 211.245,28
(b)	b) 1.9.9.0.03.1.1 - Compensações Financeiras entre o RGPS e o RPPS	\$ 22.381.096,15
(c = i + ii + ... + viii) c) Receita Corrente Intraorçamentária		\$ 764.474.775,84
(i)	i) 7.9.2.2.99.1.1 - Outras Restituições - Principal	\$ 17.535.032,25
(ii)	ii) 7.7.3.8.10.9.1 - Outras Transferências de Convênios dos Municípios - Principal	\$ 7.488.279,92
(iii)	iii) 7.2.1.0.04.1.1 - Contribuição Patronal de Servidor Ativo Civil para o RPPS - Principal	\$ 430.234.048,16
(iv)	iv) 7.6.3.0.01.1.1 - Serviços de Atendimento à Saúde - Principal	\$ 279.848.971,83
(v)	v) 7.2.1.0.04.1.2 - Contribuição Patronal de Servidor Ativo Civil para o RPPS - Multas e Juros	\$ 72,99
(vi)	vi) 7.2.1.0.04.5.1 - Contribuição Patronal para o RPPS Oriunda de Sentenças Judiciais - Principal	\$ 112.980,33
(vii)	vii) 7.6.2.0.02.1.1 - Serviços de Transporte - Principal	\$ -
(viii)	viii) 7.9.2.2.03.1.1 - Restituição de Benefícios Previdenciários - Principal	\$ 29.255.390,36
(d)	d) Transferências Advindas de Emendas Parlamentares	\$ 750.000,00
(I - II - III) Receita Corrente Líquida ajustada do Município		\$ 9.061.017.672,45

Fonte: Sicom Consulta e PCA Análise

23 Em relação a esse tópico a SMF assim se esclarece:

Apuração feita pelo Município e Belo Horizonte:



ESPECIFICAÇÃO	TOTAL (ÚLTIMOS 12 MESES)
RECEITAS CORRENTES (I)	9.743.857.454,56
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	3.874.379.685,92
IPTU	1.346.914.301,02
ISS	1.399.078.384,65
ITBI	346.312.353,52
IRRF	405.434.732,56
Outros Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	376.639.914,17
Contribuições	395.756.159,12
Receita Patrimonial	305.251.621,47
Rendimentos de Aplicação Financeira	215.611.250,56
Outras Receitas Patrimoniais	89.640.370,91
Receita Agropecuária	10.731,35
Receita Industrial	-
Receita de Serviços	79.484.566,06
Transferências Correntes	4.858.698.543,67
Cota-Parte do FPM	525.869.386,07
Cota-Parte do ICMS	945.859.002,29
Cota-Parte do IPVA	675.237.596,27
Cota-Parte do ITR	2.760.665,52
Transferências da LC 87/1996	5.229.673,20
Transferências da LC 61/1989	14.633.769,67
Transferências do FUNDEB	486.114.350,28
Outras Transferências Correntes	2.202.994.100,37
Outras Receitas Correntes	230.276.146,97
DEDUÇÕES (II)	688.476.060,41
Contrib. do Servidor para o Plano de Previdência	245.765.450,23
Compensação Financ. entre Regimes Previdência	27.276.768,17
Dedução de Receita para Formação do FUNDEB	415.433.842,01
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA (III) = (I - II)	9.055.381.394,15



Com relação ao valor total bruto da Despesa com Pessoal não houve divergência entre o apurado pelo TCEMG no Relatório e Macrogestão e o Anexo VII elaborado pelo Município de Belo Horizonte e enviado no SICOM DCASP 2018 apresentado a seguir:



Município: Belo Horizonte

Exercício: 2018

ANEXO VII

Demonstrativo da Despesa com Pessoal por Poder

Despesa Total com Pessoal no Ano	Executivo	Legislativo	Município
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS			
3.1.71.70.00 - Rateio Pela Participação em Consórcio Público	197.803,91	-	197.803,91
3.1.90.01.00 - Aposentadoria do RPPS, Reserva Remunerada e Reforma dos Militares	922.036.866,01	11.264.351,30	933.301.217,31
3.1.90.03.00 - Pensões do RPPS e do Militar	123.957.352,12	-	123.957.352,12
3.1.90.04.00 - Contratação por tempo determinado	2.836.002,02	-	2.836.002,02
3.1.90.05.00 - Outros Benefícios Previdenciários do Servidor ou do Militar	19.192.026,32	-	19.192.026,32
3.1.90.11.00 - Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil	2.644.814.523,82	113.349.283,89	2.758.163.807,71
3.1.90.13.00 - Obrigações Patronais	160.997.801,26	12.972.979,18	173.970.780,44
3.1.90.16.00 - Outras Despesas Variáveis - Pessoal Civil	-	346.398,81	346.398,81
3.1.90.91.00 - Sentenças Judiciais	90.521.110,90	-	90.521.110,90
3.1.90.92.00 - Despesas de Exercícios Anteriores	211.118,78	1.060,14	212.178,92
3.1.90.94.00 - Indenizações e Restituições Trabalhistas	18.269.699,36	3.408.663,73	21.678.363,09
3.1.90.96.00 - Ressarcimento de Despesas de Pessoal Requisitado	3.076.400,00	-	3.076.400,00
3.1.91.13.00 - Obrigações Patronais	392.954.019,40	10.650.250,83	403.604.270,23
3.1.91.91.00 - Sentenças Judiciais	1.315.816,58	-	1.315.816,58
3.1.91.92.00 - Despesas de Exercícios Anteriores	7.038,81	-	7.038,81
3.1.91.94.00 - Indenizações e Restituições Trabalhistas	34.552.575,31	-	34.552.575,31
3.3.90.34.00 - Outras Despesas de Pessoal Decorrentes de Contratos de Terceirização	195.806.942,77	3.147.371,57	198.954.314,34
Total da Despesa Bruta com Pessoal	4.610.747.097,37	155.140.359,45	4.765.887.456,82

Exclusões da Despesa Total com Pessoal	Executivo	Legislativo	Município
(-) Aposentadorias e Pensões Custeadas com Recursos da Fonte Tesouro	445.839.760,91	11.264.351,30	457.104.112,21
(-) Inativos e Pensionistas com Fonte de Custeio Própria	600.177.536,47	0,00	600.177.536,47
(-) Indenização por Demissão de Servidores ou Empregados	0,00	0,00	0,00
(-) Incentivos a Demissão Voluntária	52.822.274,67	3.408.663,73	56.230.938,40
(-) Despesa de Exercícios Anteriores	218.157,59	1.060,14	219.217,73
(-) Sentenças Judiciais Anteriores	91.836.927,48	0,00	91.836.927,48
Total das Exclusões	1.190.894.657,12	14.674.075,17	1.205.568.732,29
Total da Despesa com Pessoal para Fins de apuração de Limite	3.419.852.440,25	140.466.284,28	3.560.318.724,53

Receita Corrente do Município	10.781.374.448,80
(-) Total de Deduções	688.476.060,41
(-) Deduções da Receita Corrente (Exceto FUNDEB)	273.042.218,40
(-) Deduções de Receita para formação do FUNDEB	415.433.842,01
(-) Total de Exclusões	1.037.516.994,24
Receitas Corrente Intraorçamentária	764.474.775,84
Contribuição dos Servidores para o Sistema Próprio de Previdência	245.765.450,23
Compensação entre Regimes de Previdência	27.276.768,17
(=) Receita Corrente Líquida do Município	9.055.381.394,15
(-) Transferências Advindas de Emendas Parlamentares (art. 166, §13 da CF)	0,00
(=) Receita Corrente Líquida Ajustada	9.055.381.394,15

Cálculo do Percentual Aplicado da Despesa com Pessoal por Poder	Executivo (54%)	Legislativo (6%)	Município (60%)
Permitido pela Lei Complementar 101/2000	4.889.905.952,84	543.322.883,65	5.933.864.540,88
Total da Despesa com Pessoal	3.419.852.440,25	140.466.284,28	3.560.318.724,53
% Aplicado	37,77%	1,55%	39,32%

**NOTA:**

1 - O percentual apurado pelo Município e disponibilizado no site deste órgão é 44,35%. Esta diferença de percentual é em decorrência de:

A) O Município adota as regras do Manual de Demonstrações Fiscais-MDF e do Mapeamento destes pelo SICONFI, elaborados e disponibilizados pela STN-Secretaria de Tesouro Nacional, que não contempla a dedução deste Anexo VII, na linha "Aposentadoria e Pensões Custeadas com Recursos da Fonte Tesouro.

B) O Mapeamento citado no item anterior também não contempla toda a Natureza de Despesa 319005 para compor a linha "Inativos e Pensionistas com Fonte de Custeio Própria".

C) O Mapeamento SICONFI/MDF não contempla os valores inscritos em Restos a Pagar da Natureza Despesa 317170.

Contudo apuramos uma divergência no valor de R\$ 4.094.613,91, nas Deduções da Despesa Com Pessoal, fazendo com que a apuração pelo TCEMG demonstrada na tabela abaixo "Apuração Final da Despesa com Pessoal" ficasse a maior do que o apurado pelo Município.

TABELA 7.34
Apuração Final da Despesa com Pessoal

Operação	Descrição	Executivo	Legislativo	Município
(BC) Receita Corrente Líquida ajustada				\$ 9.061.017.672,45
(I = a + b) I - Valor devido pelo estado ao município a título de transferências inadimplidas				\$ 303.459.785,63
(a) a) Fundeb				\$ 243.957.799,15
(b) b) ICMS				\$ 59.501.986,48
(II) II - Despesa com Pessoal Bruta		\$ 4.610.747.097,37	\$ 155.140.359,45	\$ 4.765.887.456,82
(III = a + b + ... + f) III - Exclusões da Despesa com Pessoal Bruta		\$ 1.186.800.043,21	\$ 14.674.075,17	\$ 1.201.474.118,38
a) Inativos e Pensionistas com Fonte de Custeio Próprio		\$ 1.064.785.554,94	\$ -	\$ 1.064.785.554,94
b) Inativos e Pensionistas com Recursos da Fonte Tesouro		\$ 400.689,51	\$ 11.264.351,30	\$ 11.665.040,81
c) Incentivos a Demissão Voluntária		\$ 18.222.907,28	\$ -	\$ 18.222.907,28
d) Indenização por Demissão de Servidores ou Empregados		\$ 34.599.367,39	\$ 3.408.663,73	\$ 38.008.031,12
e) Despesa de Exercícios Anteriores		\$ 218.157,59	\$ 1.060,14	\$ 219.217,73
f) Sentenças Judiciais Anteriores		\$ 68.573.366,50	\$ -	\$ 68.573.366,50
(IV = II - III) IV - Despesa com Pessoal		\$ 3.423.947.054,16	\$ 140.466.284,28	\$ 3.564.413.338,44
(IV / BC) Despesa com pessoal apurada conforme LRF		37,7877%	1,5502%	39,3379%
(IV / (BC + I)) Despesa com pessoal apurada conforme art. 1º, §§ 5º e 6º da OSC n.1/2019		36,5631%	1,5000%	38,0631%

Fonte: PCA Análise, Sicom Consulta, AMM.

De acordo com informação da página 300 do Relatório de Macrogestão:

"Contudo, verificou-se uma diferença materialmente relevante entre os gastos do Poder Executivo com inativos e pensionistas com recursos do RPPS apresentados ao Sicom e as mesmas despesas publicadas no RGF. De acordo com o Sicom, o Poder Executivo municipal despendeu um montante de R\$ 1.064.785.554,94 em inativos e pensionistas com fonte de custeio próprio, vide entrada III.a da TABELA 7.34; ao tempo em que o RGF publicado consigna, vide ANEXO I.5, uma despesa da ordem de R\$ 600.177.536,47 com inativos e pensionistas com recursos vinculados. Solicita-se ao chefe do Poder Executivo que esclareça a diferença



apurada, retificando-se, caso seja necessário, eventuais incorreções nas remessas enviadas ao Sicom.”

Inicialmente verifica-se que o TCE apurou o valor da linha Inativos e Pensionistas com Fonte de Custeio Própria utilizando-se do valor de R\$445.439.071,40 que encontra-se empenhado na fonte 100. Esta metodologia explica a maioria da diferença apresentada e, no nosso entendimento, não é a metodologia correta, pois esta linha reserva-se a apenas valores pagos com a fonte 103 - Contribuição para o Regime Próprio de Previdência Social (RPPS): Patronal, dos Servidores, Compensação Financeira.

Os valores de Sentenças Judiciais Anteriores levantados por esta Corte de Contas também não refletem à realidade. Isto se deve ao fato de falta de informação pelo usuário do Sistema Orçamentário e Financeiro – SOF nos documentos de Liquidações. No momento da emissão das Liquidações o Usuário necessita preencher um campo para que no momento da extração a informação seja enviada no arquivo SICOM Acompanhamento Mensal.

Demonstramos na tabela a seguir os valores corretos:

EXCLUSÕES DA DESPESA COM PESSOAL DIVERGENTES	APURADO PELO TCEMG	APURADO PELA PBH	DIFERENÇA
a) Inativos e Pensionistas com Fonte de Custeio Próprio	1.064.785.554,94	600.177.536,47	464.608.018,47
b) Inativos e Pensionistas com Recursos de Fonte de Tesouro	400.689,51	445.839.760,91	- 445.439.071,40
f) Sentenças Judiciais Anteriores	68.573.366,50	91.836.927,48	- 23.263.560,98
			- 4.094.613,91

ESCLARECIMENTOS ADICIONAIS

Dos apontamentos contidos no tópico - 7.2.3 Créditos Adicionais Abertos sem Recursos Disponíveis e sua Execução (página 255) - 7.2.3.2 Superávit Financeiro (art. 43 da Lei n. 4.320/64 c/c § único do art. 8º, LRF)

24 O órgão técnico do TCEMG aponta que:

Assim, levando-se em conta a análise efetuada por meio de relatórios extraídos do SICOM, aponta-se que foram abertos créditos suplementares e especiais sem recursos no valor de R\$ 17.495.817,77, contrariando o disposto no art. 43 da Lei n. 4.320/64 c/c parágrafo único do art. 8º da LRF. Ressalta-se que apenas R\$ 17.492.817,77 foram empenhados sem recursos disponíveis conforme demonstrado na coluna "Despesa Empenhada sem Recursos", valor este considerado como irregular, o que deve ensejar conclusão deste relatório pela rejeição das contas do chefe do Poder Executivo.



25 Nesse ponto, a Subsecretaria de Planejamento e Orçamento – SUPLOR – apresenta os esclarecimentos a seguir:

Resposta: O controle por fonte de recursos nas contas bancárias somente foi implementado no Município de Belo Horizonte em janeiro de 2019. Até o exercício de 2018, eram informados nos arquivos CTB do módulo AM do SICOM os documentos referentes aos pagamentos e as receitas por fonte de recursos, e os demais documentos, por não haver funcionalidade no sistema informatizado interno, eram padronizados para informar a fonte 100. Dessa forma, o SICOM não identificou o superávit financeiro para a abertura do crédito suplementar. Vide apontamento ao questionamento do item 7.4.3 Considerações a respeito das “99 - Outras movimentações realizadas no mês”.

Com relação à apuração de superávit da fonte 1.18 no exercício de 2017 para abertura de créditos em 2018, foram consideradas as informações abaixo:

Saldo da conta bancária 7107-2 em 31/12/2017: R\$59.855.315,74
Restos a pagar de 2017 na fonte 1.18: 42.359.497,97
Diferença: 17.495.817,77

Dos apontamentos contidos no tópico **7.2.4 Créditos Disponíveis (art. 59 da Lei n. 4.320/64 e inciso II do art. 167 da CRFB/88) (página 258)**

26 O órgão técnico do TCEMG apresenta a seguinte conclusão:

Assim, conclui-se que o Município de Belo Horizonte descumpriu o disposto no art. 59 de Lei n. 4.320/64 e inciso II do art. 167 da CRFB/88 c/c § único do art. 8º da LRF, ao empenhar despesas nas quais havia ausência ou insuficiência de recursos nas dotações. Foi apurada despesa excedente no valor de R\$ 362.548.022,86, valor esse considerado irregular e que enseja a necessidade de se concluir pela rejeição das contas de governo do chefe do executivo municipal em 2018.

27 Nesse ponto, a Subsecretaria de Planejamento e Orçamento – SUPLOR – apresenta os esclarecimentos a seguir:

Resposta: Em decorrência da falta de acesso pelo TCEMG às informações integrais da execução orçamentária do município, no tocante às alterações orçamentárias e respectivas fontes de recursos, fica prejudicada a conclusão que chegou o egrégio Tribunal de Contas de Minas Gerais em apontar R\$ 362.548.022,86 de despesa excedente ao crédito suplementar, sem antes levar em consideração os fatos e atos contidos no relatório “Movimento de Crédito Consolidado e Execução da Despesa Orçamentária - 2018 – PBH” – DOC III - que demonstra a movimentação de crédito



orçamentários com o processamento da despesa empenhada, liquidada e paga, bem como o relatório “Quadro de Controle de Abertura de Créditos Adicionais – 2018” – DOC VI - com a demonstração consolidada dos créditos suplementares abertos no exercício.

Da recomendação contida no tópico **7.2.5 Decretos de Alterações Orçamentárias (Consulta TCEMG n. 932.477) (página 259) e 7.9 Considerações Finais**

28 O órgão técnico do TCEMG sugere a recomendação a seguir:

Diante disso, recomenda-se ao gestor a observância da Consulta TCEMG n. 932.477/14, que veda a abertura de créditos adicionais utilizando-se recursos de fontes distintas, excetuando as originadas do Fundeb (118, 218, 119 e 219) e das aplicações constitucionais em manutenção e desenvolvimento do ensino (MDE) e ações e serviços públicos de saúde (ASPS, 101, 201, 102, 202), incluídas as fontes 100 e 200, observando-se ainda a Portaria do Ministério da Saúde n. 3.992/17 que trata dos blocos de financiamento das ASPS.

29 Nesse ponto, a Subsecretaria de Planejamento e Orçamento – SUPLOR – apresenta os esclarecimentos a seguir:

Resposta: No entendimento da PBH, não houve descumprimento do dispositivo do § Único do art. 8º da LRF, descrito abaixo, uma vez que os recursos financeiros vinculados a convênios, cujo efetivo ingresso de recursos ocorreu no exercício 2018 e/ou em exercícios anteriores, foram utilizados exclusivamente para o processamento da despesa objeto de sua vinculação no regime de competência.

“Art. 8º Até trinta dias após a publicação dos orçamentos, nos termos em que dispuser a lei de diretrizes orçamentárias e observado o disposto na alínea c do inciso I do art. 4º, o Poder Executivo estabelecerá a programação financeira e o cronograma de execução mensal de desembolso

Parágrafo único. Os recursos legalmente vinculados a finalidade específica serão utilizados exclusivamente para atender ao objeto de sua vinculação, ainda que em exercício diverso daquele em que ocorrer o ingresso.”

Somente quando estes créditos orçamentários superaram a expectativa da despesa, caracterizou-se disponibilidade orçamentária para a abertura de créditos adicionais, permitindo a suplementação em outras dotações, conforme disposto no inciso III do art. 43 da Lei 4.320/64. Dessa forma, foi praticamente mantida a despesa total autorizada pelo legislativo, fazendo remanejamento de crédito das dotações com excedente de recursos.

Vale ressaltar que o município, como consta no Decreto n. 16.879, de 23/03/2018 e nos termos do Inciso I do § 1º do art. 43 da Lei Federal 4.320/64, abriu crédito



suplementar no valor de e R\$17.495.817,77 em decorrência da utilização do superávit financeiro de exercício anterior do Fundeb, aumentando a dotação inicial do orçamento do município no respectivo valor.

7.8 Plano Municipal de Educação

30 Em relação a esse item 7.8 a Secretaria Municipal de Educação entendeu pela conveniência de prestar esclarecimentos adicionais, no intuito de demonstrar as ações adotadas pelo Município de Belo Horizonte em relação à busca pela universalização do atendimento na Educação Infantil, que a seguir se expõe:

BUSCA AIVA PELAS CRIANÇAS:

O que foi feito: Visando localizar as crianças sem atendimento, adotamos o procedimento de busca ativa nas diversas regiões da cidade, contando com a parceria e com apoio fundamental do Grupo de Trabalho da Educação Infantil (G.T. da Educação Infantil), Ministério Público, Defensoria da Infância e Conselhos Tutelares. Tal medida cumpriu a um só tempo a função de identificar o real tamanho da demanda reprimida na cidade e de dar destinação a vagas existentes nas unidades de educação infantil, que estavam disponíveis sem efetivo preenchimento. Em 2019, foi implementado um processo muito relevante na rede privada, decorrente da nossa busca ativa junto às escolas particulares de Educação Infantil, com autorização de funcionamento concedida pelo Município (ou em processo de autorização em curso). Foram chamadas todas as escolas da rede privada para um treinamento sobre o Censo Escolar e sua importância para a política de Educação Infantil, e foi cobrado o devido preenchimento do Censo Escolar, seguindo-se os protocolos e procedimentos técnicos. Com isso, aumentamos quase 4 mil crianças na rede privada.

ATENDIMENTO EFETIVO:

Havia cerca de 37 mil crianças sem acesso à Educação Infantil, sendo 19 mil aguardando em listas de espera, e o restante da demanda sequer cadastrado, o que ampliava os casos de judicialização por uma vaga pelas famílias.

O que foi feito: No intuito de ampliar o atendimento à Educação Infantil, a primeira ação da Prefeitura foi fazer funcionar o que já existia. Identificou-se, em poucos meses, que as antigas Unidades Municipais de Educação Infantil (UMEIs) construídas para atender 440 crianças não possuíam mais do que 270 alunos efetivamente matriculados a cada ano. Nos primeiros 100 dias de governo, com a reorganização das turmas e sem romper o limite recomendável de alunos por agrupamento, foram chamadas mais de 2.900 crianças que aguardavam sem nenhum motivo em listas de espera formadas nas secretarias de cada escola.



Assim, a gestão cotidiana das vagas foi ponto de atenção da Política Municipal de Educação Infantil durante os 4 anos, com a criação de um sistema informatizado de controle, de uma gerência de monitoramento central e de um Grupo de Trabalho (instituído pela Portaria SMED nº 254/2018), constituído por órgãos de controle oficial e da sociedade civil. Com tais estratégias deixaram de ficar ociosas cerca de 5 mil vagas por ano. Conhecer a demanda também foi uma estratégia importante rumo à universalização, porque não se pode enfrentar a falta de vagas sem saber onde está a real necessidade.

Para enfrentar esse desafio, implementado em 2017, o Cadastro para a Educação Infantil de 0 a 5 anos, disponibilizado via *web*, permitiu o planejamento da oferta de maneira cronológica por faixas etárias, priorizando o atendimento a partir das crianças mais velhas - que já vinham há mais tempo fora da escola -, para as mais novas. Assim, em 2018, atendemos mais 6.080 crianças de 4 e 5 anos, que já deveriam, por lei, estar obrigatoriamente matriculadas desde 2016. Em 2019, foi possível universalizar o atendimento de 3 anos e, em 2020, esperava-se o de 2 anos que tem menos de 300 crianças em espera.

O Cadastro, portanto, gerou informações que orientaram os investimentos na ampliação da oferta e a logística de distribuição de vagas de acordo com a demanda real de cada território e evidenciou a urgência de crescimento da oferta em alguns pontos da Cidade.

Para resolver esse problema, optou-se por obras de ampliação das unidades já existentes, em detrimento da construção de novas, que demandariam desapropriação de outros terrenos, projetos e edificações com longo prazo de entrega. Graças ao investimento realizado de, aproximadamente, R\$ 105 milhões, foram criadas 473 novas salas de aula para Educação Infantil nas redes Própria e Parceira, o que corresponderia à inauguração de mais de 45 novas EMEIs de tamanho padrão em 4 anos. Também é importante ressaltar que foram retomadas obras paralisadas e inauguradas três novas EMEIs iniciadas e abandonadas na outra gestão. Em 2020, Belo Horizonte acolheu 80.580 matrículas na Educação Infantil, um crescimento de 31,7%, se comparado com as 61.187 crianças atendidas nas duas redes em 2016.

Com as adequações das regras de atendimento, o monitoramento da demanda/oferta em cada território, as obras de ampliações da rede física e novas parcerias, foi possível a criação de 15 mil novas vagas, além da otimização de cerca de 5 mil que ficavam ociosas a cada ano.

O atendimento do Cadastro 2020 também retrata avanços consideráveis na forma de trabalho. Embora as novas matrículas tenham sido interrompidas em razão da pandemia, até março já haviam sido chamados 31.408 alunos, totalizando 90,4% das famílias cadastradas. Não há alunos de 3 anos em espera e essa faixa etária tornou-se de atendimento obrigatório em Belo Horizonte desde 2019, mesmo ainda não o sendo no cenário nacional. Há menos de 300 crianças de 2 anos em espera.

Normalmente, 8 mil crianças de cada uma dessas faixas, de 2 e 3 anos, ficavam sem atendimento até 2017.

Uma lista de espera de cerca de 2.500 bebês e crianças de 1 ano estão ainda aguardando vaga e é importante destacar que, para universalizar o atendimento desse



público, foi implantado, em 2019, o Cadastro de Gestantes para que essa demanda ainda represada seja totalmente mapeada, uma vez que a demanda por vagas já começa a ser tratada desde antes do nascimento das crianças.

OTIMIZAÇÃO E EFICIÊNCIA NA AMPLIAÇÃO DE VAGAS NA EDUCAÇÃO INFANTIL				
PERÍODO	ESTRATÉGIAS	TEMPO MÉDIO DE OBRAS	CUSTO MÉDIO POR SALA	CUSTEIO/ANUAL MÉDIO POR TURMA
2013 a 2016	Inauguração de 490 salas em EMEIs "PPP" e 170 salas pela PBH/Sudecap	3 anos	R\$ 709.000,00	R\$415.000,00 em novas unidades para implantação de estrutura diferente coordenação, manutenção e gestão.
2017 a 2019	Reforma e construção de 681 salas em creches, EMEIs* com espaços já disponíveis e em EMEFs**	120 dias	R\$ 73.000,00 Inclui adequações, construção de refeitórios e parquinhos e banheiros (proporcionalmente)	R\$215.000,00 para ampliações em escolas e creches já existentes aproveitando estrutura já implantada.

* EMEIs = Escolas Municipais de Educação Infantil

** EMEFs = Escolas Municipais

Descontinuidade da oferta em tempo integral, falta de critério para distribuição de vagas nessa modalidade e inexistência de oferta de tempo integral para crianças de 3 a 6 anos.

O que foi feito: Do total de 80.580 crianças de 0 a 5 anos atendidas nas duas redes, 44.443 são vagas de tempo integral, o que corresponde a um atendimento de mais de 52% de alunos que passam o dia na escola ou creche parceira. Importante destacar que o crescimento do tempo integral não se deu só na Rede Parceira.

Em 2016, eram atendidas, em antigas UMEIs, apenas 6.282 crianças em tempo integral, porque a jornada escolar integral era exclusiva para crianças de até 2 anos. Aos 3 anos, a política, inexplicavelmente, ditava que essa mesma criança passaria a ter oferta em tempo parcial, deixando as famílias desassistidas com a ruptura da oferta.

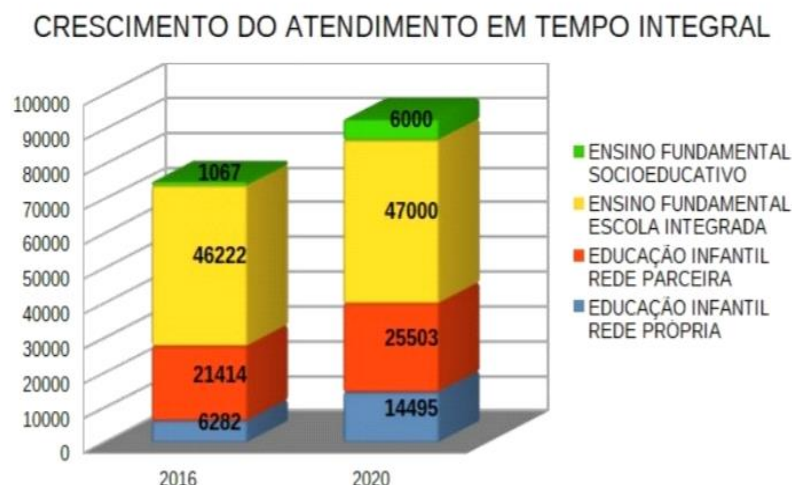
Além do aumento significativo do número de vagas em tempo integral, a regra agora é a continuidade: a partir do momento em que a família conquista a extensão da jornada escolar para o tempo integral, adquire direito a ele até o final do Ensino Fundamental, sem interrupções e aflições.

Assim, com a continuidade estabelecida e a ampliação da oferta de vagas em tempo integral para crianças de 3 a 5 anos, em 2020, chegamos à marca de 14.495 matrículas de alunos da Educação Infantil em tempo integral na Rede Própria, um aumento de quase 100% em apenas 4 anos.

Além da ampliação da oferta, com a criação do atendimento em tempo integral para crianças dos anos finais da Educação Infantil, 52 escolas foram reformadas para ganharem espaços criativos de interação, de modo a acolherem melhor os alunos de 6 a 8 anos no contraturno, com circuitos, ateliês de arte a céu aberto, tanques de areia, esguichos divertidos, hortas, lousa participativa, anfiteatros, espaços de contação de histórias e outros. Ainda, a fim de organizar a oferta, foi lançado o Cadastro para Tempo



Integral que estimou uma demanda de ainda 9.256 crianças na espera pela ampliação da jornada escolar, mas propiciou que as vagas de tempo integral começassem a ser distribuídas com critérios de vulnerabilidade e transparência.



Falta de integração pedagógica entre Educação Infantil e Ensino Fundamental, o que levava à evasão de cerca de 30% das matrículas em cada ano entre 3 e 6 anos e de 10% entre 6 e 8 anos.

O que foi feito: Foi criado o Projeto *Appia: um olhar para a infância*, que tem por objetivo articular e integrar a Educação Infantil e o Ensino Fundamental, na perspectiva de uma transição respeitosa das crianças entre 3 e 8 anos nos processos de escolarização, alfabetização e letramento.

O projeto teve sua origem nas férias de 2017 para 2018, quando, depois de mapeados espaços ociosos em escolas de Ensino Fundamental e diagnosticado em relatório do Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais (TCE-MG) que a Cidade ainda possuía cerca de 6 mil crianças de 4 e 5 anos fora da escola, o que era proibido desde janeiro de 2016. Foram reformadas, em tempo recorde, 52 escolas de Ensino Fundamental para criação de salas, espaços multiuso, banheiros, bebedouros, lavatórios, bancadas de refeitório e parquinhos adaptados para atendimento a essa demanda.

Em mutirão de 90 dias, esses espaços de acolhimento foram finalizados e ganharam a aquisição de mobiliário, material pedagógico, livros e brinquedos adequados para acolhida e cuidado dos pequenos nas escolas de Ensino Fundamental.

Ao longo de 2018, com a apropriação desses espaços por mais de 4.500 crianças da Pré-escola, percebeu-se que não só elas se beneficiaram dos investimentos.

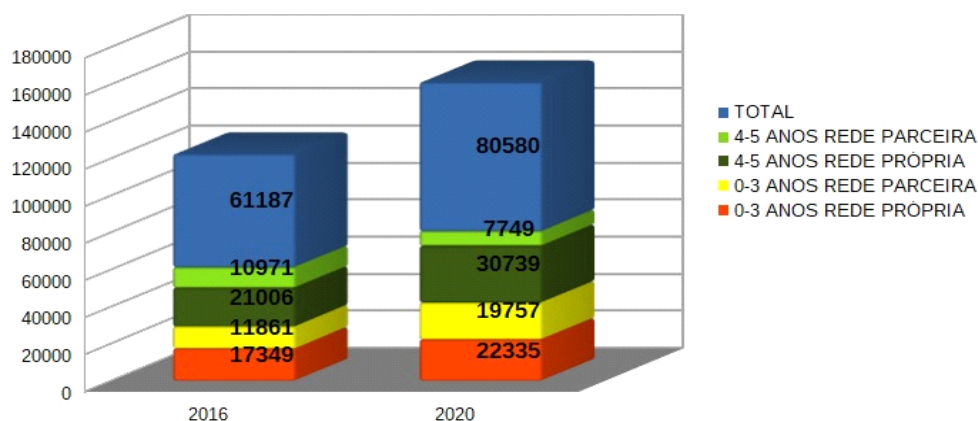
Havia, naquelas escolas, cerca de 15 mil crianças de 5 a 8 anos que, apesar de estarem no Ensino Fundamental, adoraram as adequações que tornaram a escola mais acolhedora para a transição entre a Educação Infantil e os anos iniciais.



Na verdade, percebeu-se que as crianças dos Anos Iniciais sofriam uma brusca ruptura entre a Educação Infantil e o Ensino Fundamental, ao saírem de EMEIs e creches construídas ou adaptadas para suas necessidades e se depararem com escolas de Ensino Fundamental de arquitetura colegial, onde banheiros, bebedouros, carteiras e bancadas de refeitório sequer respeitavam às necessidades ergométricas de sua estatura.

A observação dessa integração e os estudos envolvendo os próprios alunos, suas famílias e os professores de Educação Infantil e Primeiro Ciclo deu origem, em 2019, aos Planos de Trabalho Pedagógico Integrados em 49 escolas de Ensino Fundamental com atendimento à Educação Infantil. Essa iniciativa deu segurança pedagógica à ampliação de oferta de vagas para as crianças da Educação Infantil de 3 a 5 anos em mais 24 escolas de Ensino Fundamental, liberando vagas nas EMEIs e creches para ampliar o atendimento dos mais novos ao ponto de quase universalizar o atendimento às crianças de 2 anos. Como resultado ainda mais significativo, passamos a observar a fidelização das crianças atendidas pelo *Appia* em 98% dessas escolas na Rede Municipal entre a Educação Infantil e os anos iniciais do Ensino Fundamental. Normalmente, evadiam-se para as redes Particular e Estadual cerca de 30% dos alunos entre 3 e 5 anos e egressos das EMEIs e creches a cada ano, e 10% dos alunos em cada um dos anos iniciais do Ensino Fundamental abandonavam as escolas municipais. Com o *Appia*, percebemos a fidelização de cerca de 2.700 alunos de 4 a 8 anos que, pelo histórico observado, evadiriam na passagem para a Pré-escola e entre a Educação Infantil e durante os primeiros anos nas escolas de Ensino Fundamental.

EVOLUÇÃO DO ATENDIMENTO À EDUCAÇÃO INFANTIL





EVOLUÇÃO DO ATENDIMENTO À EDUCAÇÃO INFANTIL NA REDE PRÓPRIA EM NÚMERO DE CRIANÇAS ATENDIDAS						
ANO	0 E 1 ANO	2 A 3 ANOS	3 A 4 ANOS	4 A 5 ANOS	5 A 6 ANOS	TOTAL
2016	2.958	4.158	10.233	11.966	9.040	38.355
2020	3.843	7.861	10.631	14.975	15.764	53.074

Ausência de investimentos nas Creches da Rede Parceira

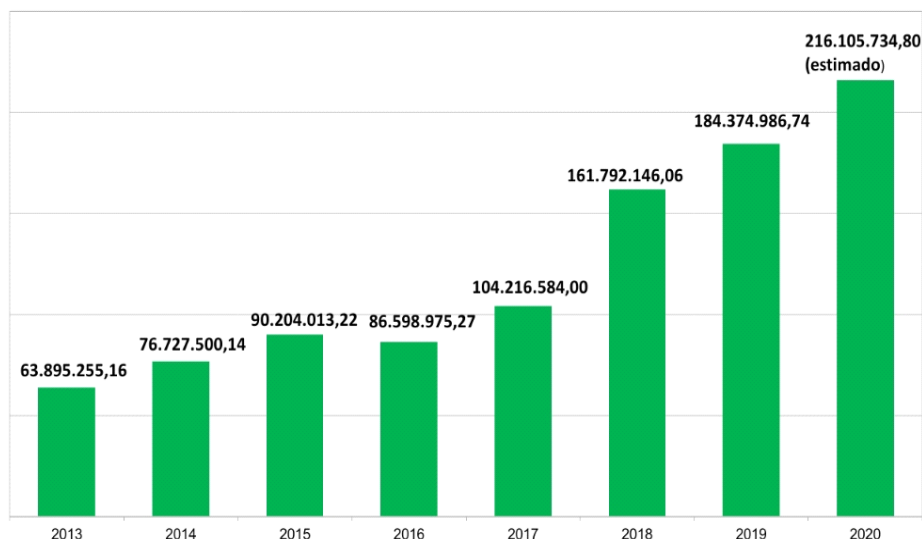
O que foi feito: Muito foi realizado com o objetivo de alcançar, na Rede Parceira, a mesma qualidade do atendimento, reconhecido historicamente, às antigas UMEIs. O trabalho foi revolucionário no acompanhamento pedagógico, na adequação da infraestrutura das instituições, no fornecimento de materiais pedagógicos, no mobiliário, nos itens de higiene, na limpeza, na complementação alimentar, além do aumento de 57% do valor *per capita* repassado para valorização e profissionalização da gestão das entidades. O esforço da PBH incluiu também a formação continuada dos professores das creches e o investimento em auxiliares de educação infantil e de inclusão nas creches.

Foram promovidas ações de melhoria da rede física nas instituições parceiras, com obras de manutenção, reformas e ampliações que consolidam um investimento de cerca de R\$46 milhões: um implemento que contemplou todas as 211 unidades parceiras, permitindo a revitalização desses espaços, a melhoria na logística e a ampliação do atendimento com a criação de novas salas de aula, solários, lactários, fraldários, pátios, refeitórios e salas multiuso - tudo no padrão de excelência reconhecido das EMEIs.

Desde 2017, com o credenciamento das novas parcerias, o número de creches da Rede passou de 197 para 211. Essa expansão, juntamente com as intervenções físicas realizadas, permitiu o atendimento de mais 3.690 crianças e um reconhecido aumento na qualidade da oferta. Conforme Censo 2020, estão matriculadas, na Rede Parceira, 27.504 crianças: um aumento de 15,5% em relação a 2016, quando havia 23.814 crianças atendidas.



Valores Financeiros Repassados às Creches Parceiras de 2013 a 2020



Desvalorização da Educação Infantil e pouco investimento na política de gestão pedagógica, incompatibilidade entre planos de carreira do professor da Educação Infantil e do Ensino Fundamental.

Pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação, toda escola deve ser dotada de autonomia financeira e gerencial. Mas, em 2016, as Unidades Municipais de Educação Infantil (UMElS) não possuíam nenhuma autonomia e eram consideradas unidades vinculadas às escolas-sede de Ensino Fundamental, portanto, dependentes administrativa, financeira e pedagogicamente.

Com o objetivo de corrigir essas distorções, foi apresentado à Câmara Municipal de Belo Horizonte, em 2017, Projeto de Lei que tratava da garantia de autonomia das UMElS, que se tornariam, então, escolas municipais. No ano seguinte, foi publicada a Lei nº 11.132/2018, de autoria do Executivo, que garantiu a autonomia e alterou o Plano de Carreira da Educação, ampliando vantagens e benefícios para a melhoria da carreira de professores e outros cargos da Educação. Como resultado, cerca de 6 mil professores que atuam nas Escolas Municipais de Educação Infantil receberam reajuste de 58,2%.

A referida Lei garantiu ainda às Escolas Municipais de Educação Infantil (EMElS) uma nova organização pedagógica e administrativa, uma vez que passaram a contar com Diretor, Coordenador Pedagógico Geral, Secretário Escolar e Gestor Financeiro, além de Caixa Escolar e Colegiado Escolar autônomos.

Com a autonomia, foram investidos mais de 50 milhões em ações definidas pelas próprias escolas nos anos de 2019 e 2020, de acordo com sua liberdade e organização de



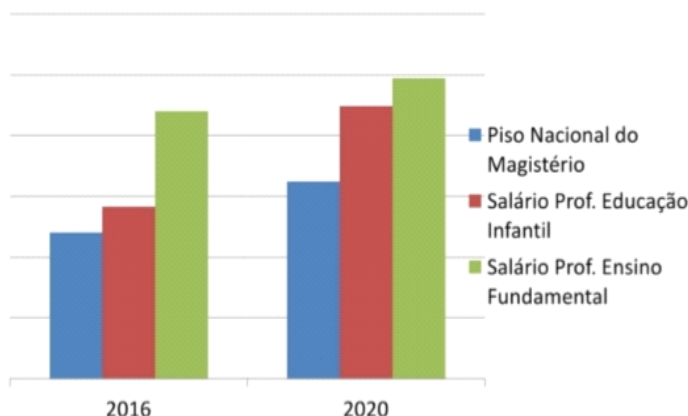
seu Projeto Político-pedagógico. Havia, ainda, até 2016, a desvalorização de vencimentos base e planos de carreira distintos, com real desvalorização da Educação Infantil. A diferença remete à inauguração da carreira e distanciava os professores igualmente pedagogos a injustificáveis 10 níveis de diferença salarial, sendo de aproximadamente 5% de remuneração a distância salarial a cada nível. Dada a impossibilidade de equiparação em um só ano orçamentário, por imposição da própria Lei de Responsabilidade Fiscal que exige que se comprove que é sustentável o aumento, foi preciso graduar a aproximação entre carreiras em níveis ano a ano.

Ainda, a carreira foi valorizada com a definição do ingresso por escolaridade superior, o que, na prática, já existia, porque 92% da categoria já tinha curso de Pedagogia sem reconhecimento. Foi também iniciativa desta gestão, a preocupação com os professores que ainda não tinham o curso superior e foi, então, negociada a Formação gratuita, oferecida pela UEMG, do Curso de Licenciatura em Pedagogia para os professores que ainda não tinham o curso superior.

Foram nomeados 1.781 aprovados em concurso público para o cargo de Professor Municipal e 1.047 para o cargo de Professor da Educação Infantil.

	Vencimento Base				
	2016	2017	2018	2019	2020
Professor Ed. Infantil	1.416,10	1.451,93	1.764,83	1.807,71	2.243,43
Professor Ens. Fundamental	2.196,84	2.252,42	2.252,42	2.307,15	2.473,37

Evolução das Carreiras do Magistério Municipal, nos Anos de 2016 a 2020, em Relação ao Piso Nacional do Magistério, Proporcional para 22:30h Semanais de Jornada





CAPÍTULO 8 – Item 8.3 - Considerações finais

31 O capítulo 8 do Relatório da Macrogestão 2018 tratou do assunto Controle Interno e trouxe, no item 8.3 – Considerações finais, as seguintes recomendações para os exercícios subsequentes:

- a. Para o Chefe de Poder Executivo, no sentido de que o empenhamento das despesas seja realizado na subação correta, vide tópico 8.2;
- b. Dos esforços necessários para a implementação do controle de disponibilidades por fonte/destinação de recursos, conforme tópico 8.2;
- c. Da identificação, no Relatório de Controle Interno dos exercícios subsequentes, das leis em relação aos termos de parceria firmados e participação do município em consórcio público, vide item 8.2; e
- d. Da opinião conclusiva, no Relatório de Controle Interno, seja pela regularidade, regularidade com ressalvas, ou pela irregularidade das contas, conforme disposto no §3º do art. 42 da Lei Complementar Estadual nº 102/2008, conforme item 8.2.

32 No tocante às recomendações supramencionadas, a Controladoria-Geral do Município de Belo Horizonte vem apresentar as considerações a seguir:

Em relação à recomendação de letra “a”, o apontamento faz relação às subações orçamentárias para as quais não foi possível o cálculo do índice de eficiência no exercício avaliado, no âmbito do monitoramento do Plano Plurianual de Ação Governamental - PPAG.

É importante esclarecer que o monitoramento do PPAG é realizado pela Secretaria Municipal de Planejamento, Orçamento e Gestão – SMPOG, conforme atribuições estabelecidas na Lei Municipal 11.065/2017 e no Decreto 16.682/2017. O monitoramento compreende o acompanhamento dos índices de eficácia e eficiência dos programas, ações e subações do PPAG e da LOA, a elaboração do relatório anual Balanço das Ações Governamentais do Poder Executivo, o gerenciamento do Sistema de Monitoramento do PPAG (módulo do Sistema Orçamentário e Financeiro – SOF),



geração e consolidação de relatórios gerenciais sobre o monitoramento do PPAG, entre outras atividades.

Para avaliação do cumprimento das metas previstas no plano plurianual e na lei orçamentária, exigido pelo item 1.1 do anexo 1 da IN TCEMG 04/2017, a Controladoria-Geral do Município utiliza dados extraídos do SOF e o Relatório de Monitoramento do PPAG, elaborado pela SMPOG. No relatório de Controle Interno foi transcrito o seguinte trecho do Relatório de Monitoramento, quando tratado sobre as subações classificadas como “não se aplica o cálculo do índice de eficiência”:

“O monitoramento desses casos é realizado de forma mais específica, quando se verifica que alguns órgãos não realizam a execução financeira da despesa na subação adequada, prejudicando o cálculo correto do índice de eficiência. Nessas situações, faz-se o alerta aos responsáveis para possível e imediata correção do processo”.

A recomendação do órgão técnico do TCEMG trata dessas situações, alertando para a importância da execução financeira das despesas ser realizada na subação adequada. Entretanto, esclarecemos também que nem todas as subações classificadas como “não se aplica” são resultado de classificação inadequada das despesas. Citando o Relatório de Monitoramento do PPAG, elaborado pela SMPOG, as seguintes situações também podem ocorrer:

“- Não houve execução física e nem financeira de algumas metas: devido a diversas restrições, principalmente readequações de metas e cronogramas, licitações não concluídas, financiamentos externos não concretizados. Alguns exemplos:

1. Unidade Orçamentária 2700-Sec. Mun. De Obras e Infraestrutura, Programa 62-Gestão do Sistema Viário Municipal, Ação 1270- Expansão do Metrô, Subação 1- Expansão do Metrô-Obra, que teve R\$ 200.200.000,00 de valor orçado com recursos vinculados não concretizados;

2. Unidade Orçamentária 2704-Fundo Municipal de Habitação Popular, Programa 62-Gestão do Sistema Viário Municipal, Ação 1330- Obras Estruturantes do Sistema Viário, Subação 2- Construção de Unidades Habitacionais-Anel Rodoviário, que teve R\$



4.423.970,00 de valor orçado e não houve execução devido a ações e diretrizes que dependiam de autorizações e articulação com diversos órgãos: Justiça Federal, DNIT, MPF, DPU o que acarretou em atrasos dos processos, da licitação e contratação de equipe de trabalho;

- Houve execução física, mas não houve execução financeira de algumas metas: casos em que a execução da meta foi possível sem custo adicional para o município por exemplo, por redefinições de escopo ou casos em que houve restrição orçamentária para liquidação da despesa. Alguns exemplos:

1. Unidade Orçamentária 3300-Secretaria municipal de política urbana, Programa 59-Coordenação da Política Urbana, Ação 2571- Regulação e Controle Urbano, Subação 12-Realização de estudo para utilização de imóveis vazios no hipercentro de BH para moradia de interesse social, que teve parte de sua meta executada com recursos próprios;

2. Unidade Orçamentária 2200-Sec. Mun. Educação, UA 0900- Regional Venda Nova, Programa 168-Gestão da Política do Ensino Fundamental, Ação 2702-Gestão do Programa Escola Integrada, Subação 1-Atendimento do Projeto Escola Integrada, que teve sua meta de ampliação de oferta de vagas totalmente executada, sem recursos financeiros, tendo em vista que as escolas consideraram a utilização de espaços dentro do próprio ambiente escolar, não causando impactos no planejamento financeiro;

- Houve execução financeira, sem execução física de algumas metas (por exemplo, o caso do produto “obra executada”, no qual são empenhados e liquidados valores para início das obras, mas a meta física só é apurada após a finalização total da obra).

Em relação à situação de execução financeira sem execução física, que é sempre objeto de questionamentos de órgãos de controle, pode-se citar 3 maiores exemplos:

1. Unidade Orçamentária 2700-Sec. Mun. De Obras e Infraestrutura, UA-400-Coordenadoria de atendimento regional nordeste, Programa 169- Gestão da Política de Educação Infantil, Ação 1211-Construção, Ampliação e Reforma de Unidades de Ensino, Subação 1- Construção, Ampliação e Reforma de Unidades de Ensino, que teve R\$ 778.922,29 de valores liquidados com desapropriação de imóvel para construção da



Unidade de Ensino e não houve a efetiva entrega da meta física de uma escola construída;

2. Unidade Orçamentária 2700-Sec. Mun. De Obras e Infraestrutura, UA-500-Coordenadoria de atendimento regional noroeste, Programa 169- Gestão da Política de Educação Infantil, Ação 1211-Construção, Ampliação e Reforma de Unidades de Ensino, Subação 1- Construção, Ampliação e Reforma de Unidades de Ensino, que teve R\$ 1.235.876,93 de valores liquidados com obras da UMEI Jardim Montanhês, mas não houve efetiva entrega da meta física de uma escola construída/reformada;

3. Unidade Orçamentária 2700-Sec. Mun. De Obras e Infraestrutura, Programa 66-Saneamento e Tratamento de Fundos de Vale, Ação 1307- Implantação do Programa DRENURBS, Subação 2-Recuperação Ambiental do Córrego Bonsucesso, que teve R\$ 6.279.258,13 de valores liquidados com despesas com monitoramento hidrológico e consultoria de projetos; as obras a que se referem a meta física estão aguardando Ordem de Serviço.”

Ressalta-se que as situações apresentadas não se configuram como erros que possam ser corrigidos, são situações passíveis de ocorrer durante a execução orçamentária do exercício, conforme demonstrado na apresentação dos exemplos. Essas situações são monitoradas pela SMPOG e, somente em casos onde seja constatada a execução financeira inadequada, são tomadas providências, dentre as quais foram citadas as seguintes do Relatório de Monitoramento do PPAG 2018:

“São realizadas diversas ações de mitigação dos problemas identificados, tais como: treinamentos, edição de manuais, informativos de capacitação, atendimento remoto aos usuários dos diversos órgãos para sanar as dificuldades, visitas in loco para conhecer a realidade da execução das metas físicas - o que proporciona melhor monitoramento das mesmas. Além disso, a atuação da Câmara Municipal e do controle social nas audiências públicas de prestações de contas quadrimestrais orientam os órgãos a buscar cada vez mais o saneamento das inconsistências.”



Em relação à recomendação de letra “b”, a partir do exercício de 2019 foi implementado pela Prefeitura de Belo Horizonte o controle dos recursos financeiros por fonte de recursos, possibilitando, já a partir de 2019, maior controle dos recursos com manutenção e desenvolvimento do ensino, ações e serviços públicos de saúde, recursos obtidos com alienação de ativos, dentre outras demandas.

Sobre a recomendação da letra “c”, será providenciada a identificação das leis em relação aos termos de parceria firmados e participação do Município em consórcios públicos, para fiel atendimento do item 1.9 do anexo 1, da IN TCEMG 04/2017.

No Relatório de Controle Interno foi informado que não foram firmados termos de parceria em 2018. Sobre os Consórcios Públicos, o Município participa do Consórcio Mulheres das Gerais, que teve a ratificação de seu Protocolo de Intenções por meio da Lei 9.557/2008, e do Consórcio Aliança para a Saúde, que teve a ratificação do Protocolo de Intenções por meio da Lei 10.105/2011.

Por fim, sobre a recomendação de letra “d”, informamos que já a partir do Relatório de Controle Interno do exercício de 2019 foi adotada a emissão de opinião conclusiva sobre as Contas pelo Controlador-Geral do Município, conforme disposto no §3º do art. 42 da Lei Complementar Estadual nº 102/2008.

ANEXO III.1 DO RELATÓRIO DE EXCLUSÕES DE GASTOS COM MDE
--

33 Em relação às glosas constantes desse Anexo III.1, a Secretaria Municipal de Educação apresenta seus esclarecimentos conforme planilha anexa – DOC VII -, a demonstrar a regularidade na inclusão dos gastos ali elencados como gastos em “Manutenção e Desenvolvimento do Ensino – MDE -”.



34 A partir dessas justificativas constantes do DOC VII, o Município requer reanálise pelo órgão técnico desse Tribunal dessas exclusões elencadas no citado Anexo III.1 – Relatório de Exclusões de Gastos com MDE –“.

ANEXO IV.1 DO RELATÓRIO DE EXCLUSÕES DE GASTOS COM ASPs
--

35 Em relação às glosas constantes desse Anexo III.1, a Secretaria Municipal de Saúde apresenta seus esclarecimentos conforme planilha anexa – DOC. VIII -, a demonstrar a regularidade na inclusão dos gastos ali elencados como gastos em Ações e Serviços Públicos de Saúde – ASPs.

36 A partir dessas justificativas constantes do DOC VIII, o Município requer reanálise pelo órgão técnico desse Tribunal dessas exclusões elencadas no citado Anexo IV.1 – Relatório de Exclusões de Gastos com ASPs –“.

37 Dessa feita o Município Requer que os esclarecimentos acima sejam apreciados por essa Corte e que seja determinado ao órgão técnico desse Tribunal nova avaliação dos apontamentos constantes do seu “Relatório de Macrogestão”, em razão desses novos elementos ora apresentados.

38 Oportuno frisar que o órgão técnico dessa Corte de Contas interpreta a presente Prestação de Contas/2018, de forma equivocada, pois faz uso da Norma Brasileira de Contabilidade NBC TSP 12, de 18 de outubro de 2018, a qual tem vigência a partir de 1º de janeiro de 2019¹. Dessa feita, inviável sua aplicação na análise da Prestação de Contas referente ao exercício de 2018, o que requer seja considerado por essa Corte.

¹ Vigência



DA EXISTÊNCIA DE PROPOSTA DE TERMO DE AJUSTAMENTO DE GESTÃO – TAG – EM CURSO SOB O N. 1058474

39 Vale mencionar que o Município de Belo Horizonte foi instado por essa Corte, via ofício 17864/2018 expedido pela Presidência do Tribunal, a “propor Termo de Ajustamento de Gestão – TAG – objetivando a regularização do SICOM” e, **em 29 de novembro de 2018 o TAG foi apresentado e autuado sob o nº 1058474, o qual se encontra pendente de deliberação por esse Tribunal.**

40 A presente prestação de contas/2018 também consta como objeto desse TAG em andamento, conforme consta da cláusula primeira da minuta apresentada por esse Tribunal, a qual transcrevemos abaixo:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

O presente termo de ajustamento de gestão (TAG) tem por objeto pactuar a regularização, no banco de dados do Sistema Informatizado de Contas dos Municípios (Sicom), das informações relativas à execução orçamentária e financeira do Município de Belo Horizonte nos exercícios de 2018 e 2019.

PARÁGRAFO ÚNICO – Por meio do presente TAG, visa-se resguardar o dever constitucional do Município de Belo Horizonte de prestar contas e evitar a existência de lacuna nas informações dos sistemas informatizados do Tribunal de Contas.

41 Assim, ao se analisar a Prestação de Contas do Executivo – exercício 2018, há que se considerar as tratativas que estão sendo firmadas no TAG autuado sob o nº 1058474, o que se requer, desde já.

42 Oportunamente, o Município mantém a sua disposição para se reunir com essa Corte na busca de dirimir dúvidas e esclarecer qualquer inconsistência apontada.

43 Por fim, com as informações ora apresentadas, o Município espera ter prestado os esclarecimentos necessários a sanar qualquer questionamento do órgão técnico desse

Esta norma **deve ser aplicada nas entidades do setor público a partir de 1º de janeiro de 2019**, salvo na existência de algum normativo em âmbito nacional que estabeleça prazos específicos – casos que estes prevalecem.



Tribunal em relação à Prestação de Contas do Executivo – 2018 e, com os dados e esclarecimentos apresentados, demonstra-se a regularidade nas contas apresentadas e, assim, o Município requer que sejam esses argumentos apreciados pelo órgão técnico e considerados no parecer final dessa Corte de Contas.

DOS PEDIDOS

Considerando os esclarecimentos prestados, o Município Requer:

- a) que seja considerada na presente análise, as tratativas que estão sendo acordadas via TERMO DE AJUSTAMENTO DE GESTÃO – TAG – autuado sob o n. 1058474 - e que se encontra em trâmite perante essa Corte, podendo surtir efeitos nessa Prestação de Contas/2018 do Executivo municipal;
- b) que, considerando os novos elementos elucidativos ora apresentados, sejam apreciados por essa Corte de Contas e que seja determinado ao órgão técnico desse Tribunal nova avaliação dos apontamentos constantes do seu “Relatório de Macrogestão - 2018”;
- c) Por fim e, no momento da derradeira deliberação, o Município requer a emissão de parecer prévio pela aprovação das contas do Executivo municipal - exercício 2018 -, tendo em vista a obediência à Lei Orgânica do Município de Belo Horizonte, Constituição da República/1988 e demais legislações infraconstitucionais que regulam a matéria.

Nestes termos,
Pede juntada e deferimento.

Belo Horizonte, 16 de novembro de 2020.

Castellar Modesto Guimarães Filho
Procurador-Geral do Município